



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

CURSO GNR INFANTARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

UNIDADE DE INTERVENÇÃO:

**UTILIZAÇÃO DE FORÇAS CINOTÉCNICAS NAS MISSÕES DE
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**

ALUNO: Aspirante GNR/INF Carlos Cunha

ORIENTADOR: Tenente GNR/INF Pedro Nogueira

Lisboa, Março de 2009



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

CURSO GNR INFANTARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

UNIDADE DE INTERVENÇÃO:

**UTILIZAÇÃO DE FORÇAS CINOTÉCNICAS NAS MISSÕES DE
MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**

ALUNO: Aspirante GNR/INF Carlos Cunha

ORIENTADOR: Tenente GNR/INF Pedro Nogueira

Lisboa, Março de 2009

DEDICATÓRIA

À minha família

AGRADECIMENTOS

Ao apresentar este trabalho não poderia deixar de expressar o meu profundo reconhecimento e gratidão a todos os que, de forma tão diferente, contribuíram para a sua concretização.

Um agradecimento à Escola da Guarda pelas facilidades humanas e materiais que sempre me foram disponibilizadas para que este trabalho tivesse bom porto.

Agradeço ao Tenente Costa Pinto por todo o apoio e auxílio prestados na pesquisa de bibliografia, e por ter facultado informação valiosíssima para a realização do trabalho.

Agradeço ao orientador, Tenente Pedro Nogueira, pela disponibilidade, preocupação e apoio prestados ao longo do Trabalho de Investigação Aplicada.

Agradeço ao Major Matias, ao Capitão Cruz, ao Capitão Costa Pinto, ao Capitão Araújo e ao Capitão Barradas, pelo contributo enquanto entrevistados, pelo tempo dispendido e também pelos esclarecimentos concedidos.

Ao meu curso que me apoiou em todas ocasiões, durante os cinco anos de curso.

Finalmente, uma palavra muito especial para os meus pais e irmãos que, sempre me ajudaram e apoiaram sem olhar um para trás e cujos esforços para a minha educação e formação académica nunca foram poupados, transmitindo-me sempre os melhores valores.

A todos vós muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho cinge-se ao tema: “ Unidade de Intervenção: Utilização de Forças Cinotécnicas nas Missões de Manutenção da Ordem Pública”, e tem como objectivo verificar a validade do empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria nas missões de Manutenção da Ordem Pública.

O trabalho divide-se em duas partes, sendo a primeira dirigida para a revisão da literatura, e a segunda destina-se à metodologia, à análise e discussão de resultados, terminando com um balanço final do caminho percorrido, sob a forma de conclusões e recomendações.

A metodologia da parte teórica fundamenta-se na análise da bibliografia e na interpretação de legislação. A parte prática é constituída por entrevistas semi-directivas, dirigidas a um conjunto de oficiais seleccionados de acordo com a sua especialidade, experiência e conhecimento sobre o tema.

Conclui-se que a articulação de meios Cinotécnicos coma as forças de Infantaria nas missões de Manutenção Ordem Pública é vista como uma mais-valia, uma vez que permite potenciar e complementar as capacidades de uma Força de Ordem Pública, exigindo contudo uma cuidada análise dos diversos factores inerentes à situação que, de uma ou outra forma, condicionam a utilização da Força de Ordem Pública e o sucesso da missão.

PALAVRAS CHAVE: UNIDADE DE INTERVENÇÃO; CINOTÉCNIA; EMPENHAMENTO CONJUNTO; MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA.

ABSTRACT

The theme of this study is: “Intervention Unit: The use of Cinotechnic Forces in Public Order Maintenance Missions”, its aim being to check the validity of a joint commitment of both cinotechnic and infantry forces in public order maintenance missions.

The current study is divided into two parts: one is concerning the revision of literature and a second one concerning methodology, analysis and discussion of results together with the final conclusion and recommendations.

The methodology for the theoretical part is based on the analysis of bibliography and on the interpretation of legislation. The practical part is constituted by semi-directive interviews, addressed to a group of officers, previously selected in accordance with their specialization, experience and knowledge about the theme.

The final conclusion is that the articulation of cinotechnic means with Infantry forces in public order maintenance missions can be seen as added value, once it allows the increment and it also complements the capacities of a public order force. However, this combination demands a thorough analysis of all data, which one way or another, may jeopardise the use of the public order force and its success.

KEY WORDS: INTERVENTION UNIT; CINOTECHNIC; JOINT COMMITMENT; PUBLIC ORDER MAINTENANCE.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE.....	vii
ÍNDICE DE QUADROS.....	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	xii

CAPÍTULO 1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO	1
1.1 FINALIDADE	1
1.2 ENQUADRAMENTO	1
1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	1
1.4 OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO.....	2
1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	3
1.6 HIPÓTESES.....	3
1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO	3
1.8 MODELO METODOLÓGICO DE INVESTIGAÇÃO	4

I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
---------------------------------------	---

CAPÍTULO 2 UNIDADE DE INTERVENÇÃO	5
---	---

2.1 HISTÓRIA	5
2.2 MISSÃO	6
2.3 ARTICULAÇÃO E DISPOSITIVO	6
2.4 ACTUAÇÃO	7
2.5 CONCLUSÕES	8
 CAPÍTULO 3 GRUPO DE INTERVENÇÃO CINOTÉCNICO	9
3.1 HISTÓRIA	9
3.2 MISSÃO	10
3.3 ARTICULAÇÃO E DISPOSITIVO	11
3.4 ACTUAÇÃO	11
3.5 CONCLUSÕES	12
 CAPÍTULO 4 MISSÕES DE MANUTENÇÃO DE ORDEM PÚBLICA	14
4.1 DIREITO DE QUEM?	14
4.2 DOCTRINA	14
4.3 DEFINIÇÕES	16
4.4 CONCLUSÕES	17
 II PARTE - TRABALHO EMPÍRICO	18
 CAPÍTULO 5 METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA	18
5.1 INTRODUÇÃO	18
5.2 HIPÓTESES.....	18
5.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE	19
5.4 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE E DA AMOSTRA	20
 CAPÍTULO 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	21

6.1 INTRODUÇÃO	21
6.2 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO.....	21
6.3 ANÁLISE E TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS.....	22
CAPÍTULO 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	36
7.1 INTRODUÇÃO	36
7.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	37
7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	37
7.4 PROPOSTAS	38
7.5 REFLEXÃO FINAL	38
BIBLIOGRAFIA	40
LIVROS.....	40
LEGISLAÇÃO	41
APÊNDICE	42
APÊNDICE A	43
GUIÃO DA ENTREVISTA	43
A.1 OBJECTIVOS	43
A.2 ENTREVISTADOS.....	44
A.3 GUIÃO DA ENTREVISTA	45
APÊNDICE B	48
TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 1	48
APÊNDICE C	53
TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 2	53
APÊNDICE D	57
TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 3	57
APÊNDICE E	61

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 4	61
APÊNDICE F.....	68
TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 5	68
 ANEXOS	 72
ANEXO G.....	73
ADAPTAÇÃO DAS NORMAS 01 DE JULHO DE 1997	73

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5. 1: Caracterização da Amostra	20
Quadro 6. 1: Análise de Resultados da questão N.º 1	22
Quadro 6. 2: Análise de Resultados da questão N.º 2	23
Quadro 6. 3: Análise de Resultados da questão N.º 3	25
Quadro 6. 4: Vantagens e Desvantagens referidas na questão N.º 3	26
Quadro 6. 5: Análise de Resultados da questão N.º 4	27
Quadro 6. 6: Análise de Resultados da questão N.º 5	29
Quadro 6. 7: Análise de Resultados da questão N.º 6	30
Quadro 6. 8: Análise de Resultados da questão N.º 7	32
Quadro 6. 9: Análise de Resultados da questão N.º 8	33
Quadro 6. 10: Análise de Resultados da questão N.º 9	34

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.º:	Artigo
CARI:	Comando Administrativo de Recursos Internos
CCino:	Companhia Cinotécnica
CFC:	Centro de Formação Cinotécnico
CGGNR:	Comando Geral da Guarda Nacional Republicana
CIC:	Companhia de Intervenção Cinotécnica
CISS:	Centro de Inativação de Explosivos e Segurança do Subsolo
CIGNR:	Centro de Instrução da Guarda Nacional Republicana
Cino:	Cinotécnicas
Cmdt Comp:	Comandante de Companhia
Cmdt DTer:	Comandante de Destacamento Territorial
Cmdt Pel Cino:	Comandante de Pelotão Cinotécnico
Cmdt Pel:	Comandante de Pelotão
CTAFMI:	Centro de Treino e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais
DTer:	Destacamento Territorial
Ed.:	Edição
EG:	Escola da Guarda
EPG:	Escola Prática da Guarda
Euro 2004:	Europeu de Futebol de 2004
Exmo.:	Excelentíssimo
GIC:	Grupo de Intervenção Cinotécnico
GIOE:	Grupo de Intervenção de Operações Especiais

GIOP:	Grupo de Intervenção de Ordem Pública
GIPS:	Grupo de Intervenção Protecção e Socorro
GNR:	Guarda Nacional Republicana
H:	Hipótese
LOGNR:	Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana
MOP:	Manutenção de Ordem Pública
N.º:	Número
OP.:	Ordem Pública
RI:	Regimento de Infantaria
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
UI:	Unidade de Intervenção
V.EX. ^a :	Vossa Excelência

*"Há homens que lutam um dia e são bons.
Há outros que lutam um ano e são melhores.
Há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Porém, há os que lutam toda a vida.
Esses são os imprescindíveis."*

Bertolt Brecht.

CAPÍTULO 1 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 FINALIDADE

O Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito do curso de Mestrado em Ciências Militares – especialidade segurança da Guarda Nacional Republicana.

Este trabalho permite-nos desenvolver as capacidades de investigação no sector das ciências sociais, da mesma forma que nos permite interagir com os militares que servem na Guarda, assim como conhecer vagamente a nossa instituição.

1.2 ENQUADRAMENTO

A Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro aprovou a orgânica da GNR e estabeleceu, entre outras medidas, a criação da Unidade de Intervenção como unidade de intervenção e reserva ao serviço da GNR. Com a publicação da portaria n.º 1450/2008 de 16 de Dezembro, definiu-se a organização da mesma, bem como a organização das subunidades que a compõem. Por sua vez o despacho n.º 77/2008 define as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Intervenção.

Esta reestruturação, entre outros aspectos, trouxe a integração da Companhia Cinotécnica na Unidade de Intervenção, passando de Companhia Cinotécnica integrada na antiga Escola Prática da Guarda, para Grupo de Intervenção Cinotécnico. Esta transição marca mais do que uma simples passagem de enquadramento hierárquico, estabelecendo um novo contexto de enquadramento operacional, passando o Grupo de Intervenção Cinotécnico a depender de um comando completamente direccionado para a actividade operacional.

O facto de esta especialidade integrar agora a uma unidade de reserva obriga a uma reformulação no conceito de empenhamento da força, pelo que o empenhamento nas missões de Ordem Pública merece especial atenção, não só pela delicadeza do tema como pela sua pertinência.

1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Dado o tema, decidiu-se estudar a Unidade de Intervenção face às mudanças que a reestruturação trouxe. A restrição a este tema tem por base um conjunto de conversas informais com Oficiais da especialidade Cinotécnica, no âmbito da utilização dos canídeos, nomeadamente na sua vertente de guarda/patrolha em operações de MOP. Uma vez que o

GIC foi integrado na UI é cada vez mais inevitável que este venha a desempenhar tarefas no âmbito da Ordem Pública, em apoio às forças do GIOP.

Sendo a OP uma área extremamente delicada e importante, nomeadamente pelas características sociais e políticas inerentes aos momentos que envolvem o seu empenhamento, a articulação da valência Cinotécnica com a Infantaria pode, em rigor, trazer vantagens na forma de resolver incidentes, parecendo deste modo pertinente desenvolver este tema.

1.4 OBJECTIVO DA INVESTIGAÇÃO

O trabalho de investigação é condicionado pela falta de tempo e pelas limitações que vão surgindo no desenrolar da investigação. Uma vez imposta a data que finda a realização do trabalho, obriga a restringir o tema inicial de forma a reduzir o campo de investigação, para que se possa fazer uma recolha de dados credíveis e essenciais para a realização do trabalho. Assim, decidimos restringir o tema ao empenhamento de forças Cinotécnicas nas missões de Manutenção da Ordem Pública.

Uma vez que as forças Cinotécnicas não podem actuar em missões de MOP de forma isolada, por vários factores, o estudo é direccionado para o empenhamento com as forças de Infantaria do GIOP, tentando, através das entrevistas, recolher informação que nos permita:

- Verificar se existe empenhamento Cinotécnico em missões de MOP;
- Verificar se a doutrina da GNR prevê o empenhamento conjunto;
- Determinar quais as vantagens e desvantagens que decorrem do empenhamento conjunto;
- Saber qual o contributo que o Euro 2004 trouxe para o empenhamento das duas forças;
- Determinar através das experiências de Oficiais com experiências de comando de forças Cino, MOP e Territoriais, se o empenhamento conjunto é viável nas missões de MOP;
- Perceber, face às limitações da força Cinotécnica, em que situações e a que níveis este empenhamento pode ser viável.

1.5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

Como pergunta de partida para tal investigação, surge a pergunta “Qual a validade e formas de empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria, em missões de Manutenção de Ordem Pública?”

Para compreender o problema e para que se possa chegar a uma resposta para a questão central, este decompõe-se em várias questões intermédias, sendo elas:

- Existe empenhamento conjunto?
- Existe doutrina de empenhamento conjunto?
- Que vantagens e desvantagens, decorrem do empenhamento conjunto?
- O empenhamento conjunto deve ser previsto para todos os escalões e para todas as missões de Manutenção de Ordem Pública?

1.6 HIPÓTESES

Este trabalho baseia-se num estudo exploratório sobre o qual apenas alguns Oficiais possuem conhecimento, o que nos leva para uma análise qualitativa do tema. Deste modo, a formalização de hipóteses surge depois do desenvolvimento teórico e antes da análise de resultados, procurando dar resposta a questões intermédias que surgem naturalmente a partir do desenvolvimento da questão central.

Por último, as hipóteses serão alvo de validação ou de refutação de acordo com os resultados obtidos da análise de dados, chegando assim a um ponto conclusivo sobre a problemática.

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho divide-se em duas partes fundamentais: o enquadramento teórico e o trabalho de campo. A primeira parte, referente ao enquadramento teórico divide-se em três capítulos. Os dois primeiros capítulos são alusivos à Unidade de Intervenção e ao GIC, tentando perceber quais as mudanças e como ficaram a funcionar os seus dispositivos depois da reestruturação. O terceiro capítulo aborda em traços gerais a questão da Ordem Pública, fazendo-se referência à sua doutrina, ao modo de empenhamento da Cinotécnia e a definições que se considerou serem importantes para o desenvolvimento do trabalho de investigação. A segunda parte, referente ao trabalho de campo, aglutina a aplicação das entrevistas, análise e a discussão dos dados recolhidos e as respectivas conclusões.

1.8 MODELO METODOLÓGICO DE INVESTIGAÇÃO

A vertente teórica foi desenvolvida através da análise documental da bibliografia recolhida, da interpretação de legislação e da recolha de informação retirada de entrevistas informais. No trabalho de campo desenvolveram-se entrevistas semi-directivas direccionadas a uma amostra específica, constituída por Oficiais com experiência de comando de Forças de OP no Euro 2004.

A entrevista tem a finalidade de perceber através da experiência dos respectivos Oficiais, se a utilização de meios Cinotécnicos com forças de Infantaria é viável e se trás vantagens para as missões de Manutenção de Ordem Pública.

Para tratar a informação retraída das entrevistas foi feita uma análise de conteúdo, seguida da discussão dos resultados.

I PARTE - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 2 UNIDADE DE INTERVENÇÃO

2.1 HISTÓRIA

O passado da Unidade de Intervenção, acompanha de algum modo o nascer e a evolução da Guarda. Assim, a sua história data do ano de 1383, quando no reinado de D. Fernando I, surgem as primeiras medidas de segurança com a criação dos Quadrilheiros.

Em 1801, pela influência, Diogo Pina Manique, “no sentido de criar um Corpo de Policia, semelhante ao dos Guêt e da Marèchaussée de França, surge, por Decreto de 10 de Dezembro, a Guarda Real de Policia, terminando com os Quadrilheiros como organização policial antepassada das polícias portuguesas”, Duarte (2001: 17).

A 26 de Maio de 1834 a Guarda Real de Policia é extinta, sucedendo-lhe a Guarda Municipal, criada pelo Decreto de 03 de Julho desse mesmo ano, a qual ficaria herdeira das missões da Guarda Real de Policia.

O Decreto de 12 de Outubro de 1910 extingue a Guarda Municipal, criando simultaneamente a Guarda Republicana. A sua criação, não trouxe nenhuma alteração, servindo apenas como ligação entre a Guarda Municipal e a Guarda Nacional Republicana.

A 3 de Maio de 1911 por Decreto, nasce a Guarda Nacional Republicana. A necessidade de criar uma polícia obriga a legislar no sentido de colmatar essa carência, definindo assim o art.º 1.º do Decreto de 03 de Maio de 1911 o seguinte: “É organizado um Corpo Especial de Tropas para velar pela segurança pública, manutenção da ordem e protecção das propriedades públicas e particulares em todo o país, que se denominará de Guarda Nacional Republicana”.

Em 1975 o Batalhão n.º 1 sofreu uma reorganização, por despacho do General Comandante-Geral, que resultou “de um sentimento de racionalidade que aconselhava a dispor e adequar os meios de acordo com as necessidades da Guarda e as exigências de uma sociedade em profunda mutação” Duarte (2001: 79).

A partir de esta reestruturação a Unidade passava a ser constituída apenas por militares de Infantaria, desempenhando tarefas de domínio policial, às quais juntou operações que visavam a reposição da ordem democrática e a salvaguarda de direitos ou a recuperação da autoridade do estado.

A especialização e as competências actuais, que dizem respeito à actividade operacional no domínio da Manutenção da Ordem Pública, começaram a individualizar-se em Outubro de

1982, quando a 4ª Companhia passou a constituir-se como Companhia Operacional, organizando-se em seis Grupos de Operacionais e o Grupo de Intervenção. Duarte (2001: 81)

“A especialização da Companhia começa a afirmar-se devido à sua preparação natural, passando a encarregar-se de tarefas muito específicas, com a prestação de honras militares, escoltas a fundos, obras de arte e presos em trânsito, ou o reforço a Unidades Territoriais” Duarte (2001: 82).

A 22 de Janeiro de 1983 por despacho do General Comandante Geral, é definido dia 16 de Maio como o dia da Unidade, comemorando-se pela primeira vez nesse ano. Ainda no mesmo ano, por Decreto de Lei n.º 333/83 de 14 de Julho, o Batalhão n.º 1 passa a constituir a primeira unidade de reserva ao serviço da Guarda.

Em 1993, já com o nome de Regimento de Infantaria e ao abrigo do Decreto-lei n.º 231/93 de 26 de Junho, a unidade articula-se em subunidades de comando e serviços, Batalhão Operacional, que integra Subunidades de Intervenção e Manutenção de Ordem Pública e ainda Subunidades de Guarnição.

Finalmente a 06 de Dezembro de 2007 entrou em vigor a nova lei orgânica que alterou a estrutura da Guarda, dando origem à Unidade de Intervenção como sucessora do Regimento de Infantaria.

2.2 MISSÃO

O artigo 44º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana estabelece a missão da Unidade de Intervenção:

“A UI é uma unidade da Guarda especialmente vocacionada para as missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção táctica em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos, inactivação de explosivos, protecção e socorro e aprontamento e projecção de forças para missões internacionais.” Despacho n.º 77/08 – OG.

2.3 ARTICULAÇÃO E DISPOSITIVO

A Unidade de Intervenção é uma unidade de escalão brigada, de comando de Major-General, coadjuvado por um 2.º Comandante.

Acreditada como unidade de intervenção e reserva da Guarda, integra um Comando e Estado-Maior, quatro Subunidades articuladas em Companhias e Pelotões, um Centro de Inactivação de Explosivos e Segurança do Subsolo (CIESS), um Centro de Treino e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais (CTAFMI), três Secções de recursos, uma de Recursos Humanos, uma de Recursos Financeiros e uma de Recursos Logísticos,

ambas sob dependência técnica do CARI e uma Companhia de Comando e serviços reforçada, atribuída pela Unidade de Apoio de Serviços da Secretaria-Geral da Guarda.

O Comando e Estado-Maior reúnem o Comandante e 2º Comandante, um Adjunto do Comando, uma Secretária, um Posto de Controlo de material classificado, uma Secção de Justiça, uma Secção de Operações, Informações e Relações Públicas e uma Secção de Formação e Treino.

Quatro Subunidades articuladas em Companhias e Pelotões, sendo elas o Grupo de Intervenção de Ordem Pública (GIOP) e o Grupo de Intervenção de Protecção e Socorro (GIPS), ambas de comando de Tenente-Coronel, o Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE) e Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC), o Centro de Inactivação de Explosivos e Segurança em Subsolo (CIESS) e o Centro de Treino e Aprontamento de Forças para Missões Internacionais (CTAFMI), ambas de comando de Major.

2.4 ACTUAÇÃO

A Unidade de Intervenção emerge na GNR como a unidade de intervenção e reserva, com o intuito de actuar em apoio às restantes unidades da Guarda de forma que esta possa garantir a missão geral que lhe é atribuída por força do art.º n.º1 alínea 2 da Lei n.º 63/2007.

Como foi referido anteriormente a UI é uma unidade de escalão brigada, especialmente vocacionada para missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, resolução e gestão de incidentes críticos, intervenção táctica em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco, segurança de instalações sensíveis e grandes eventos, inactivação de explosivos, protecção e socorro, aprontamento e projecção de forças para missões internacionais.

Como tal a unidade tem um dispositivo profundo com uma vasta panóplia de forças capazes de actuar em diversos cenários e em qualquer ponto do Território Nacional, de forma a garantir a segurança e bem-estar da população.

Assim, recorrendo ao capítulo anterior e revendo a sua articulação, a UI articula-se em Subunidades de Ordem Pública, de Operações Especiais, de Protecção e Socorro, de Cinotécnica. A actuação da unidade difunde-se pelas Subunidades que a compõem, às quais são atribuídas missões, que são efectuadas de acordo com as áreas específicas para a qual são treinadas diariamente.

O GIOP é responsável pelo cumprimento de *“missões de manutenção e restabelecimento da ordem pública, segurança de instalações sensíveis e de grandes eventos e resolução e gestão de incidentes críticos, bem como assegurar a participação da Guarda em missões internacionais com forças constituídas e a realização de acções de natureza preventiva, em apoio das demais unidades da Guarda”* Despacho n.º 77/08-OG.

Ao GIOE cabe a responsabilidade de *“realizar operações especiais, segurança de pessoas, bens e infra-estruturas alvo de especial ameaça, resolução de incidentes de intervenção em acções de contra-terrorismo e em situações de violência concertada e de elevada perigosidade, complexidade e risco”* Despacho n.º 77/08-OG.

Compete ao GIPS a responsabilidade de *“executar acções de prevenção e de intervenção de primeira linha, em todo o território nacional, em situação de emergência de protecção e socorro, designadamente nas ocorrências de incêndios florestais ou de matérias perigosas, catástrofes naturais e acidentes graves”* Despacho n.º 77/08-OG.

Ao GIC cabe a responsabilidade de *“efectuar o emprego operacional dos meios cinotécnicos em missões atribuídas e em reforço às unidades, proceder a retoma de canídeos e à inspecção-técnica, uniformização de procedimentos ao nível da valência cinotécnica, assegurar sob o comando e doutrina de formação, a instrução e actualização de cinotécnia e outras acções de formação que lhe sejam atribuídas”* Despacho n.º 77/08-OG.

2.5 CONCLUSÕES

Face às mudanças e evolução da sociedade a GNR vê-se obrigada a tomar medidas para acompanhar a evolução social com o intuito de satisfizer os fins últimos do estado, a segurança e o bem-estar dos cidadãos.

A Unidade de Intervenção, enquanto força de reserva da Guarda Nacional Republicana, tem seguido a mesma linha de evolução, balizada pelos mesmos objectivos de segurança e bem-estar, com especial relevância para o factor capacidade. Em rigor a capacidade de projecção deste tipo de força é o suporte da eficácia das forças de primeiro escalão da Guarda, os Postos Territoriais, para situações limite. A recente evolução ou reestruturação da sua estrutura, como é vulgarmente designada, reflecte esta necessidade de adaptação dos seus meios e recursos da Guarda face à necessidade de prestar mais e melhor serviço à sociedade.

A análise da história, missão, articulação, dispositivo e modo de actuação, permite-nos perceber o estatuto da Unidade dentro da Guarda. Importa aqui destacar da missão que lhe é atribuída, o facto de a UI ser considerada como a Unidade da Guarda especialmente vocacionada para as missões de Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública.

Sendo assim, a UI assume-se como um conjunto de Subunidades especializadas, às quais atribui tarefas de acordo com a sua área de actuação. Seguindo esta linha de raciocínio, a Subunidade responsável por dar conta das missões no âmbito da OP é, por excelência, Grupo de Intervenção de Ordem Pública (GIOP).

CAPÍTULO 3 GRUPO DE INTERVENÇÃO CINOTÉCNICO

3.1 HISTÓRIA

“Ao longo de séculos que o Homem se projectou no cão com um animal doméstico, cuja importância foi objecto incessante da atenção de homens das letras e das ciências, artistas e militares, naturalistas e filósofos, que lhe endereçaram pensamentos e citações, tornando-o único na nossa História Universal. Por isso o cão ocupa na sociedade uma posição que o destaca dos outros animais, com estatuto próprio e papel social.

O cão é portador de invulgares características, como a agudeza de sentidos, obediência, coragem, capacidade de observação, agilidade e memória, as quais foram determinantes na sua utilização quer para fins civis, militares ou mais recentemente nas Forças Policiais.

Quer nos países onde a Cinotécnica fez história, quer naqueles onde ela atingiu um processo evolutivo considerável, a presença dos cães nas Forças Policiais é hoje uma realidade, fruto da sua versatilidade o cão é também portador de outras vantagens como a manutenção económica, substituição do homem em determinadas missões, economia de meios e grande efeito psicológico,” Guarda Nacional Republicana (1997).

A utilização de cães em ambientes militares começou durante a 2ª Grande Guerra Mundial, quando foram utilizados milhares de cães nas mais diversas missões de âmbito militar. A Alemanha estabeleceu uma linha de segurança que cobria os limites fronteiriços de França e Espanha, e se estendia até à Bélgica e Holanda, dispondo do auxílio de 35.000 pastores alemães, que viriam a ser abandonados nas posições conquistadas às tropas invasoras. Esses mesmos cães seriam mais tarde reutilizados pelas forças Militares, integrando as mais diversas vertentes das Forças Armadas e de Forças Policiais, começando desde esta necessidade de adaptação, as primeiras práticas da vertente cinotécnica.

A história do Grupo de Intervenção de Cinotécnica (GIC), remonta ao ano de 1956, quando o Comando Geral da Guarda Nacional Republicana (CGG NR) teve conhecimento que os cães da congénere de Espanha estavam a prestar um bom serviço ao seu país, e decidiu enviar 1 Sargento e 3 Praças para frequentar o curso de especialização na “Escuela de Adiestramiento de Perros da Guarda Civil”. A formação destes militares, e dos seus respectivos binómios¹ deu origem à primeira Cinotécnica da Guarda Nacional Republicana. A Cinotécnica da Guarda ficaria desde então instalada no alto da Ajuda, com a designação de Centro de Instrução de Cães Militares², que posteriormente seria rectificado para Centro de Instrução de Cães³.

Em 1971 foi criado o Centro de Instrução da Guarda⁴ (CIGNR), no qual coube entre outras missões a instrução Cinotécnica. O CIGNR passou então a ser responsável pela instrução através do Grupo de Intervenção de Cães, como também pela manutenção de um Destacamento Cinotécnico de constituição variável, de acordo com as disponibilidades de binómios, que constituiria a reserva à ordem do Comandante-Geral.

¹Equipa: Homem/cão

²Ordem Geral do Comando Geral, nº 24/1956 de 31 de Dezembro

³Ordem Geral Nº 1/1957 de 15 de Janeiro

⁴Artigo 1º do Decreto-lei n.º 510/71 de 22 de Novembro

Já em 1989 foi criada no CIGNR a Companhia Cinotécnica⁵ (CCino), que viria a substituir o Grupo de Intervenção de Cães, sendo constituído pelo respectivo Comando, pela Enfermaria Cinotécnica Central e pelo Destacamento Operacional.

Mais tarde, com a extinção da Guarda Fiscal,⁶ a criação da Brigada Fiscal e aprovada a Lei Orgânica da GNR⁷, o CIGNR seria transformado em Escola Prática da Guarda (EPG), a qual para além das respectivas competências que lhe seriam atribuídas, ficou também responsável pela instrução Cinotécnica e pela aquisição de cães, em colaboração com a Chefia do Serviço de Veterinário. Assim sendo, a CCino passou a contar também com o Destacamento de Instrução sediado em Queluz, no qual a Guarda Fiscal iniciara desde 1990 a sua Unidade Cinotécnica.

Por fim, em 2008 foi criado o Grupo de Intervenção Cinotécnico (GIC) integrado na Unidade de Intervenção⁸ (UI). Como tal e advindo de tal integração, o GIC passa a ser constituído por uma Companhia de Intervenção Cinotécnica (CIC) que enquadra todos os elementos operacionais, com três Pelotões de Intervenção e um Pelotão de Detecções, tendo também na sua dependência um centro de formação, que tem com principal missão formar todos os novos tratadores bem como os novos canídeos da GNR.

3.2 MISSÃO

Atendendo à reestruturação que a GNR sofreu da aprovação da nova LOGNR⁹, e à integração do GIC na Unidade de Intervenção, surgiu a necessidade de elaborar um documento que defina claramente a missão a que o GIC se dispõe.

Neste contexto o GIC prepara-se para, em apoio a outras forças, garantir binómios Cinotécnicos das vertentes de guarda e patrulha, ordem pública, intervenção táctica, detecção de estupefacientes, detecção de explosivos e de protecção e socorro. Este Grupo apresenta-se em prontidão operacional para actuar de acordo com a sua área técnica.

O GIC tem como missão específica, auxiliar para as atribuições da UI, a quem compete:

“efectuar o emprego operacional dos meios cinotécnicos em missões atribuídas e em reforço às unidades, proceder à remonta de canídeos e à inspecção-técnica e uniformização de procedimentos ao nível da valência cinotécnica, assegurar sob do comando da doutrina e formação, a instrução e actualização de cinotécnia e outras acções de formação que lhe sejam atribuídas” Despacho nº 77/08-OG.

⁵Ordem Geral nº10/1989 de 18 de Março

⁶Decreto-lei nº 230/93, de 26 de Junho

⁷Decreto-lei nº 231/93, de 26 de Junho

⁸Despacho nº 77/08-OG de 29 de Dezembro

⁹Lei n.º 63/2007 de 6 de Novembro

3.3 ARTICULAÇÃO E DISPOSITIVO

O GIC depende do comandante da Unidade de Intervenção para efeitos operacionais, administrativo e logísticos. O Grupo é comandado por um Major e coadjuvado por um 2º Comandante que é um Capitão.

Esta Subunidade é composta por uma secretaria e uma secção de comando. À secretaria compete auxiliar o comando na elaboração, circulação bem como no processamento da documentação geral. Por sua vez a secção de comando, constituída por uma subsecção de material e uma subsecção de condutores, é responsável por auxiliar o comando nos assuntos logísticos e na gestão dos meios autos.

O GIC contém ainda uma Companhia de Instrução Cinotécnica (CIC), que é constituída por um comandante, do posto de Capitão, por três Pelotões de binómios de Guarda Patrulha e um Pelotão de detecções de comando de Oficial Subalterno. Os Pelotões de binómios de guarda patrulha, estão constituídos por uma secção de comando, três secções de binómios de guarda patrulha, e uma secção de binómios de intervenção táctica. Já o Pelotão de detecções é constituído por uma secção de binómios de detecção de droga, uma secção de binómios de detecção de explosivos e de binómios de detecção de agentes incendiários, e uma secção de protecção e socorro que se divide numa subsecção de binómios de busca e salvamento, uma subsecção de binómios pisteiros, uma subsecção de detecção de cadáveres e de afogados e por último uma subsecção de detecção de sangue.

Por último, o GIC compreende também um Centro de Formação Cinotécnico (CFC), constituído por um director com o posto de Capitão, um núcleo de apoio responsável por auxiliar o director no controlo técnico de todos os binómios, no planeamento e na execução de todos os cursos de Cinotécnica. No CFC, existe também um núcleo de procriação e treino responsável pela reprodução e pela formação de canídeos, de todas as idades, que por alguma razão ficaram sem tratador.

3.4 ACTUAÇÃO

A Cinotécnica marcou até aos dias de hoje a sua importância mostrando-se cada vez mais como uma verdadeira valência ao serviço da Guarda. A solução no que concerne ao emprego e à formação de forças Cinotécnicas, nas diferentes áreas possíveis tem variado de acordo as necessidades da sociedade.

Desde 1956 que a GNR forma diferentes tipos de cães de acordo com as suas competências. Actualmente estão ao serviço da Guarda as vertentes de Guarda e Patrulha, Intervenção Táctica, Detecção de Droga, Detecção de Explosivos e Busca e Salvamento.

A vertente de Guarda e Patrulha é encarada como a vertente tradicional da Cinotécnica, sendo constituída por um binómio com capacidade para ser empenhado na execução de tarefas de vigilância e ou segurança a pontos sensíveis através de uma intervenção musculada, rápida e não letal, que possibilita a prevenção, dissuasão, demonstração de força e visibilidade. Devido ao estatuto militar tem competência ao nível honorífico, podendo representar a Guarda, em Portugal ou no estrangeiro. Enquadra também a vertente de pistagem, a qual é especialista na busca de pessoas desaparecidas ou de suspeitos que podem ser perigosos. Está também preparada para desempenhar missões no âmbito da Ordem Pública, apoiando dispositivos MOP do Grupo de Intervenção e Ordem Pública (GIOP) da UI.

A vertente de Intervenção táctica está vocacionada para um campo de competências mais reduzido, participando em operações policiais de grande perigosidade em apoio ao Grupo de Intervenção de Operações Especiais (GIOE) da UI. Esta vertente é especializada em apoiar na busca, localização e captura de indivíduos de elevada perigosidade evitando colocar em perigos desnecessários os elementos da Equipa apoiada.

A vertente de Detecção de Droga é a vertente especializada na busca e detecção de drogas, que podem ou não estar ocultas. Esta vertente é empenhada sempre que haja necessidade de localizar estupefaciente em operações policiais, operações de controlo do trânsito, ou operações conjuntas com outras entidades encarregues do combate à droga.

A vertente de Detecção de Explosivos tem como objectivo efectuar missões de buscas de detecção de engenhos explosivos improvisados e agentes incendiários, tendo por base os odores dos vários tipos de explosivos. Sempre que haja necessidade de localizar explosivos de ameaças de bomba, busca de armas e buscas preventivas, são usados os binómios de detecção de explosivos que actuam através da marcação passiva.

A vertente de Protecção e socorro engloba as áreas de pisteiros, busca e salvamento e busca de cadáveres, a qual actua de imediato quando ocorre uma catástrofe natural. Estas vertentes são especializadas na busca e detecção de pessoas, possivelmente soterradas, em situações decorrentes de acidentes provocadas pela acção humana ou naturais.

3.5 CONCLUSÕES

Devido às extraordinárias características do cão, a intervenção Cinotécnica oferece um “contributo indiscutível e extraordinário para o cumprimento das diversas missões cometida à Guarda,” Guarda Nacional Republicana (1996).

Como vimos na sua missão, a Cinotécnia tem de auxiliar para as atribuições da UI a quem compete efectuar o emprego operacional dos meios Cinotécnicos em missões atribuídas e em reforço às Unidades.

Desta forma o GIC é composto por várias vertentes, considerando como vertente tradicional a guarda patrulha. Esta vertente está preparada para desempenhar missões no âmbito da Ordem Pública, apoiando dispositivos MOP do Grupo de Intervenção e Ordem Publica (GIOP) da UI.

Realce-se que esta vertente está pronta a actuar em Ordem Pública, mas como se refere na sua missão, a actuação deve acontecer em apoio das Unidades, neste caso específico actua em apoio a dispositivos do GIOP.

CAPÍTULO 4 MISSÕES DE MANUTENÇÃO DE ORDEM PÚBLICA

4.1 DIREITO DE QUEM?

A Companhia Operacional¹⁰ criada em 1982 é a antecessora do Grupo de Intervenção de Ordem Pública, e desde a sua criação, são-lhe atribuídas as missões no âmbito da Ordem Pública.

Assim, como vimos no segundo capítulo ao abrigo do Despacho n.º 77/08-OG, no âmbito das atribuições da UI, o GIOP "...é responsável pelo cumprimento de missões de Manutenção e Restabelecimento da Ordem Pública...". O Grupo é constituído por quatro Companhias de Ordem Pública, a três Pelotões, compostos por militares de Infantaria.

A força de Infantaria é em rigor, o pilar base de uma Força de Ordem Pública, o seu principal suporte. Seguindo esta linha de raciocínio, conseguimos dizer que a Ordem Pública é em primeira linha responsabilidade das forças de Infantaria, podendo estas actuar sozinhas ou articuladas com outras forças que a complementem.

Assim, o empenhamento Cinotécnico nas missões de MOP apenas é viável quando enquadrado pela vertente de Infantaria, "a articulação das equipas cinotécnicas/MOP faz-se em reforço, quer de forças de Unidades Territoriais (Comandos Territoriais) quer em conjugação com os Pelotões Operacionais do Batalhão Operacional (GIOP) do RI (UI)" Guarda Nacional Republicana (1997).

Devido às limitações que uma força Cinotécnica apresenta é impensável que actue como força isolada em missões de Ordem Pública. Por esta razão, ao longo do presente estudo, o empenhamento Cinotécnico é sempre enquadrado pela manobra das forças de Infantaria, do GIOP.

4.2 DOCTRINA

Da doutrina que existe de Ordem Pública destacamos o manual de "Ordem Pública" do Batalhão Operacional do Regimento de Infantaria, actual GIOP que estabelece as normas de empenhamento das Forças de OP, e o manual de "Normas para a Utilização e Emprego Operacional das Equipas Cinotécnicas"¹¹, que estabelece o emprego operacional da especialidade Cinotécnica nas missões de Manutenção de Ordem Pública.

¹⁰Organizada em seis Grupos Operacionais e um Grupo de Intervenção

¹¹ Ver Anexo G - Adaptação das Normas 01 de Julho de 1997

Segundo o Manual de Ordem Pública (2004:11) *“podem ser atribuídas às Forças de OP as seguintes missões de carácter geral ou especial:*

- *Missões independentes para Forças de pequeno efectivo;*
- *Cerco e limpeza de edifícios ou zona;*
- *Rusgas em edifícios ou em áreas edificadas;*
- *Montagem de postos de controlo e barragens de estrada;*
- *Acções de controlo de distúrbios civis;*
- *Acções contra pilhagens e contra franco-atiradores;*
- *Segurança de áreas e pontos sensíveis;*
- *Segurança de altas entidades;*
- *Escoltas.”*

As Normas para a Utilização e Emprego Operacional das Equipas Cinotécnicas definem que “as Equipas Cinotécnicas quando utilizadas em missões de MOP são constituídas por cães patrulha, cujo treino específico visa potenciar, de forma controlada os impulsos genéticos e traços de carácter.”

Este manual salienta ainda o facto de esta força se enquadrar no princípio de aplicação da mínima da força, definindo o seguinte:

“Não obstante o cão ser considerado um meio violento, entende-se que o seu posicionamento como elo da cadeia de força, deve situar-se imediatamente antes do uso do bastão, dado que, apenas em situações de excepção, os danos causados por um cão podem ser considerados graves ou provocam a morte do adversário” Guarda Nacional Republicana. (1997).

“Os meios considerados violentos devem ser empregues progressivamente e da seguinte forma:

- *1º Dissuasão Psicológica; Através do diálogo, da presença e da demonstração de força.*
- *2º Gases e/ou Carro da Água;*
- *3º Cães/Cavalaria;*
- *4º Balas de Borracha;*
- *5º Emprego da Força Física;*
- *6º Emprego das Armas de Fogo.”* Guarda Nacional Republicana. (2004)

“Os cães, constituem “armas” preciosas, cuja utilização criteriosa e oportuna, muito poderão contribuir para os êxitos das missões de MOP” Guarda Nacional Republicana (1997).

Assim, evidenciam-se como principais vantagens o efeito psicológico, a economia de pessoal e as qualidades peculiares que o cão possui, ficando a sua acção limitada por factores de ordem táctica (inerentes ao cão) e de ordem operacional (níveis de violência empregue pelo adversário e bem jurídico em causa).

4.3 DEFINIÇÕES

A questão central deste trabalho de investigação é o empenhamento de forças Cinotécnicas em missões de MOP em articulação com as forças de Infantaria. Este conceito de articulação de forças diferenciadas carece de materialização teórica.

Durante o estudo da bibliografia existente sobre o tema, e refira-se que a existente é relativamente escassa, não encontramos um conceito que integre a articulação destas forças.

Deste modo, entendemos assumir o risco de, como ponto de partida, diferenciar os conceitos de “empenhamento conjunto” e “combinação de meios”, para depois aplicar um dos termos à articulação referida. Decidimos colocar a definição antes de iniciarmos o trabalho de campo, pois achamos importante partir para a realização das entrevistas com o conceito já definido, para enquadrar os entrevistados no mesmo universo.

O manual de Tática Geral e Operações Militar I da Academia Militar faz referência a dois conceitos similares aos pretendidos, de modo que entendemos conveniente citá-los. Sendo assim, os conceitos apresentados são os seguintes:

“Força Conjunta: Força constituída por elementos significativos de mais de um ramo das Forças Armadas, subordinados ao mesmo Comandante. Pressupõe uma certa permanência no tempo”¹².

“Força Combinada: É uma força estruturada para um período mais ou menos longo com elementos das Forças Armadas de duas ou mais Nações Aliadas.”¹³

Destas duas definições destaque-se a primeira que remete para uma permanência no tempo de forças subordinadas ao mesmo comandante.

Recorrendo a sinónimos dos termos apresentados, definimos “empenhamento conjunto” como o acto de empenhar a reunião das partes que constituem o todo, e “combinação de meios” como o acto de combinar os instrumentos disponíveis.

A primeira definição permite consolidar um conceito mais abrangente para aquilo que pretendemos com o tema, implica juntar as partes de forma a funcionarem como um conjunto sólido e consistente que trabalha para um só objectivo.

A segunda dá-nos uma sensação de maior individualidade entre as partes, ou seja, apesar de se coordenarem as partes para um fim único, estas remetem-nos para tarefas específicas e não de complementaridade.

¹²Ver Manual de Tática Geral e Operações Militares I, Academia Militar 1998, p.70

¹³ Idem, p.70

Assim, entendeu-se utilizar o conceito de empenhamento conjunto, como a articulação de forças de diferentes valências, de forma integrada e funcional, com vista a alcançar um objectivo, uma missão comum, a exemplo da articulação de forças do GIC com forças do GIOP, para o cumprimento de missões de MOP.

4.4 CONCLUSÕES

A UI como Unidade de reserva é, por excelência considerada como a Unidade vocacionada para cumprir as missões de MOP. Composta por subunidades especializadas, atribui as missões Ordem Pública ao GIOP, que treina diariamente para fazer face às mais diversas e variadas situações de desordem.

De tal modo, o GIC prepara-se para em apoio a esta Unidade desempenhar tarefas que complementem as Forças de OP do GIOP. Estes dois Grupos, apesar de serem empenhados em conjunto, regem-se por manuais e regras de empenhamento individualizadas e distintas.

Para perceber qual a validade e formas de empenhamento de forças Cinotécnicas nas missões de MOP, realizaram-se várias entrevistas, nas quais as questões colocadas foram direccionadas para o empenhamento conjunto destas valências em missões de Ordem Pública.

II PARTE - TRABALHO EMPÍRICO

CAPÍTULO 5 METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA

5.1 INTRODUÇÃO

Segundo Maroy (1997: 117) “cada investigador tende frequentemente a desenvolver o seu próprio método em função do seu objecto de investigação, dos seus objectivos, dos seus pressupostos teóricos ou de outros factores contingentes”.

A presente investigação baseia-se num processo de recolha de dados, materializada pela pesquisa de campo. A metodologia adoptada para a realização do trabalho de campo assenta na aplicação de entrevistas semi-directivas.

As entrevistas são centradas em pessoas escolhidas pela sua experiência e competência na área de análise do objecto de estudo em causa e permitem fazer uma análise qualitativa, uma vez que estas são encaminhadas a uma amostra relativamente restrita de sujeitos experientes e conhecedores do tema.

A recolha de informação através da aplicação das entrevistas, a Oficiais da GNR, foi decididamente importante, uma vez que será a partir da análise das entrevistas e de uma interpretação da realidade estudada, que chegamos ao resultado final da investigação.

5.2 HIPÓTESES

Segundo Quivy (1998:119) “a organização de uma investigação em torno de hipóteses de trabalho constitui uma melhor forma de o conduzir com ordem e rigor...”, Quivy refere também que “as hipóteses traduzem o espírito de descoberta que caracterizam o trabalho científico...”, “...fornecendo à investigação um fio condutor particularmente eficaz que, a partir do momento em que são formuladas, substitui nessa função a questão da pesquisa, mesmo que esta deva permanecer presente.”

Assim, após a revisão da literatura surgiram as seguintes hipóteses, que puseram em prática o espírito de descoberta, encaminhando a investigação exposta:

- H1-** O empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria em missões de MOP é actualmente uma realidade;
- H2-** Existe doutrina que prevê o empenhamento conjunto das duas vertentes em missões de MOP;

H3- O empenhamento conjunto em missões de MOP é visto como uma mais-valia, considerando as capacidades de uma Força de OP;

H4- Em determinadas missões o empenhamento Cinotécnico pode acarretar limitações para a força de OP;

H5- A Cinotécnica pode ser empenhada numa missão de Ordem Pública, aos diferentes escalões;

H6- O tempo de trabalho de um binómio é diferente do tempo de trabalho de um homem de Infantaria, pelo que o seu empenhamento deve ser bem planeado e coordenado para que este tenha efeito desejado.

5.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE

O trabalho de campo serve para encontrar uma resposta ao problema inicial, dividido em hipóteses, que surgem das questões intermédias, as quais se vão medir na investigação de campo. A partir da problemática elaborou-se uma estratégia de investigação qualitativa por entrevistas. As abordagens qualitativas, segundo Maroy (1997: 117) “apresentam muitas vezes a particularidade de serem indutivas, pelo menos parcialmente.”

O método exposto consiste na realização de *entrevistas semidirecticas*, que segundo Ruquoy (1997: 87) “...permitir que o próprio entrevistado estruture o seu pensamento em torno do objectivo perspectivado...”, para agregar informação pertinente, para posteriormente fazer uma análise sistemática, com o objectivo de testar as hipóteses formuladas.

O guião da entrevista é composto por nove perguntas de resposta aberta, que estão relacionadas com o problema em questão.

As entrevistas foram aplicadas no decurso do mês de Fevereiro de 2009, a um grupo de Oficiais Superiores que tiveram funções ligadas à Ordem Pública durante o Euro 2004, através das vertentes do GIOP do GIC e do DTer da GNR, sendo realizadas com autorização dos entrevistados, gravadas e transcritas para possibilitar a sua análise.

O conteúdo das entrevistas foi analisado criteriosamente para se efectuarem quadros de análise por cada pergunta, possibilitando assim a discussão dos resultados e, no final, a elaboração das conclusões.

5.4 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE ANÁLISE E DA AMOSTRA

Segundo Ruquoy (1997: 103) “nos estudos qualitativos a questão da representatividade no sentido estatístico do termo não se coloca...”, Ruquoy refere ainda que “...o critério que determina o valor da amostra passa a ser uma adequação aos objectivos da investigação.”

O universo de análise deste tema é constituído por Oficiais Superiores da GNR que desempenharam funções de comando relacionadas com missões de Ordem Pública. Do universo referido a amostra foi escolhida segundo os seguintes critérios:

- Experiências práticas que os entrevistados têm sobre a empenhamento de forças Cinotécnicas em missões de MOP;
- Cargos que ocuparam no serviço operacional do GIC ou GIOP e DTer;
- Experiência profissional, como o Euro 2004.

Quadro 5. 1: Caracterização da Amostra

Entrevistado	Sexo	Idade	Posto	Função no Euro 2004	Anos de Serviço	Anos de Serviço na UI
1	M	50	Major	Cmdt DTer	28	7
2	M	38	Capitão	Cmdt Pel BOP	9	9
3	M	34	Capitão	Cmdt CCino	10	9
4	M	32	Capitão	Cmdt Pel BOP	12	6
5	M	34	Capitão	Cmdt Pel CCino	8	6

CAPÍTULO 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

6.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo são apresentadas as respostas a cada uma das questões exposta no Guião da Entrevista. Para facilitar a análise das respostas dadas pelos entrevistados no respectivo Guião, fizeram-se quadros de análise onde foi filtrada a informação considerada pertinente para o tema em questão, sendo apresentadas as ideias chaves de cada entrevistado.

É feita a análise das questões, a apresentação e a respectiva discussão de resultados a que o trabalho submete, terminando com umas sucintas conclusões.

6.2 APRESENTAÇÃO DO TRABALHO DE CAMPO

Para a realização do trabalho de campo, realizou-se um Guião de entrevistas constituído por nove questões, de resposta semi-directiva, com o objectivo de fazer uma recolha de dados tão consistente que permita mensurar as hipóteses formuladas. A entrevista está direccionada a Oficiais que durante a sua carreira trabalharam com Forças de OP.

As primeiras quatro questões têm o intuito de perceber se o empenhamento conjunto é uma realidade, aglutinando as experiências dos entrevistados, as ilações que retiraram das situações vividas, distinguindo vantagens e desvantagens do empenhamento conjunto de forças do GIC e do GIOP em missões de MOP. As restantes questões tendem a recolher informação sobre quais os manuais que regem o empenhamento conjunto e quais as possibilidades de a Cinotécnia acompanhar as mais diversas missões e os variados escalões que existem.

O objectivo é retirar e confrontar opiniões dos Oficiais especialistas em cada uma das vertentes de Ordem Pública, GIOP e GIC, integrando a opinião da vertente mais estrutural, de base, da actividade operacional da Guarda, o Destacamento Territorial, pelo que se elegeu entrevistar o Cmdt DTer de Albufeira à data da realização do Euro 2004.

6.3 ANÁLISE E TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS

Questão N.º 1 - Existe empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria nas missões de MOP?

Quadro 6. 1: Análise de Resultados da questão N.º 1

Respostas	Sim	Não	Argumentação
Entrevistado N.º 1	x		-É de grande importância no apoio da manobra das forças de Infantaria; -Excluindo as situações perigo para a vida ou integridade física dos canídeos.
Entrevistado N.º 2			-Importa definir empenhamento conjunto e missões MOP; -Se estes conceitos forem mais alargados, empenhando essas forças numa mesma área de acção, mas em sectores diferentes, talvez já encontremos mais exemplos; -Existem missões MOP onde a utilização de cães é aconselhável; -Por outro lado, no controlo de distúrbios civis, normalmente não é aconselhável.
Entrevistado N.º 3	x		-Este empenhamento conjunto é considerado uma mais-valia, em que a valência de Cinotécnia permitem completar e potenciar as capacidades duma força apeada de manutenção da ordem.
Entrevistado N.º 4	x		-É uma mais-valia haver empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria; -Tem que haver na questão da Ordem Pública, uma complementaridade entre as duas forças.
Entrevistado N.º 5	x		-Não acrescentou informação.

A questão n.º 1, para além de enquadrar o entrevistado no tema, tem o intuito de saber se o empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria é uma realidade.

As respostas obtidas foram unânimes, à excepção do entrevistado n.º 2, que refere que é necessário definir empenhamento conjunto, argumentando o seguinte: *“Importa primeiro definir empenhamento conjunto e missões MOP, se estes conceitos forem mais alargados, empenhando essas forças numa mesma área de acção, mas em sectores diferentes, talvez já encontremos mais exemplos.”*¹⁴

Contudo, os restantes entrevistados, aditam às suas respostas a importância de tal empenhamento, considerando algumas excepções em que este deve ser pensado. O entrevistado n.º 1 considera o empenhamento conjunto de *“grande importância no apoio da manobra das forças de Infantaria”*, exceptuando as missões em que haja perigo para a vida dos canídeos.¹⁵

Os entrevistados n.º 3 e 4, acrescentam também a informação de o empenhamento conjunto ser uma mais-valia no apoio a forças de Infantaria.

Concluindo, o empenhamento entre forças de Infantaria e Cinotécnia parece ser hoje, efectivamente, uma realidade, considerado como uma mais-valia, quando em apoio às forças de Infantaria, permitindo potenciar e completar as capacidades de uma Força de OP.

¹⁴ Ver resposta à questão n.º1 do entrevistado n.º2 – Apêndice C

¹⁵ Ver resposta à questão n.º1 do entrevistado n.º1 – Apêndice B

Questão N.º2 – Das missões de empenhamento conjunto em que participou durante a sua carreira, quais as ilações que tirou? Refira alguns exemplos de missões em que tenha participado.

Quadro 6. 2: Análise de Resultados da questão N.º 2

Respostas	Missões	Argumentação
Entrevistado N.º 1	-CMDT de Albufeira no Euro2004.	-Utilizei conjuntamente as forças de Infantaria e Cinotécnia, o que a meu ver foi uma mais-valia na resolução rápida, eficiente e eficaz da alteração de Ordem Pública; -Esse empenhamento conjunto foi muito importante para o êxito desta operação, dada a complementaridade das valências.
Entrevistado N.º 2	-Campeonatos do mundo: -Hóquei em Patins; Andebol; -Euro 2004 -Cimeiras; -Presidência portuguesa da União Europeia; -Operações Busca, Rusga	-As ilações são positivas, porque os cães despertam nos seres humanos instintos de sobrevivência e impõem respeito, intimidando apenas pela presença, logo, extremamente útil enquanto meio dissuasor e preventivo.
Entrevistado N.º 3	-Bloqueio da Ponte 25 Abril; -Campo Maior e Ourique; -No Cadaval, nas manifestações contra os aterros sanitários; -Euro 2004.	-Todas as que ocorreram antes de 2004 foram desempenhadas sem que houvesse treino conjunto entre as vertentes, pelo que tudo dependeu das capacidades do comandante da força MOP e da sua análise da situação; -Não se maximizaram as potencialidades e capacidades técnicas e táticas numa força conjunta. Porque eram desconhecidas por quem comandava as capacidades de cada vertente; -Já para o Euro2004 houve vários meses de preparação específica com exercícios conjuntos, em que foram ensaiados e experimentados vários dispositivos e várias modalidades de acção;
Entrevistado N.º 4	-Euro 2004; -Demonstrações; -Missões de MOP.	-Na minha opinião é de facto uma mais-valia ter a articulação das três forças, isto porque existem missões e tarefas atribuídas à Cinotécnia que para a Infantaria têm duas vantagens, primeiro, o sucesso da missão é conseguido com menos esforço, a segunda vantagem é que a Cinotécnia é realmente um elemento dissuasor. Permite-nos a nós aproveitar o esforço, libertar determinados espaços e ao mesmo tempo são eficazes no seu trabalho.
Entrevistado N.º 5	-Euro 2004; -3 Acções conjuntas a nível de Grupo como Comandante de Destacamento Interino em Albufeira.	-Tirei ilações bastante positivas. -Houve mesmo forças estrangeiras que, pediram orientações às nossas forças no sentido de manterem resultados idênticos para futuras situações semelhantes às nossas.

A questão n.º 2 tem como propósito encaminhar os entrevistados às experiências que tiveram a nível de missões de MOP com forças de Infantaria e Cinotécnia, durante a sua carreira, dando assim a conhecer as deduções que tiraram das experiências vividas nessas missões. Como podemos observar através do quadro de análise, os entrevistados têm uma vasta experiência de missões de MOP.

Nas respostas encontramos várias argumentações, sendo que todas as respostas salientam o empenhamento conjunto como uma mais-valia.

O entrevistado nº 1, salienta das suas experiências, que o empenhamento conjunto *“foi uma mais-valia na resolução rápida, eficiente e eficaz da alteração de Ordem Pública. Esse*

empenhamento conjunto foi muito importante para o êxito desta operação, dada a complementaridade das valências.”¹⁶

O 2º entrevistado, reconhece que teve experiências bastante gratificantes, deduzindo que *“os cães despertam nos seres humanos instintos de sobrevivência e impõem respeito, intimidando apenas pela presença, logo, extremamente útil enquanto meio dissuasor e preventivo.”¹⁷*

O entrevistado n.º 3, aborda aspectos relacionados com o treino de empenhamento conjunto, dando exemplos de missões executadas sem que houvesse treino e preparação específica.¹⁸

Entende-se que a opinião do entrevistado em relação ao treino é realmente importante, na mesma medida em que o comandante da força deve ser alguém responsável por uma das especialidades para que se possa tirar o máximo de rendimento desta força.

Para o entrevistado n.º 4, a vantagem de tal empenhamento está na complementaridade entre as duas forças, uma vez que a Cinotécnia permite libertar as forças de Infantaria, *“permite-nos aproveitar o esforço, libertar determinados espaços e ao mesmo tempo são eficazes no seu trabalho.”¹⁹*

O entrevistado n.º 5 realça deduções bastante positivas das experiências que teve, exaltando o interesse de *“forças estrangeiras que, pediram orientações no sentido de manterem resultados idênticos para futuras situações semelhantes às nossas.”²⁰*

Assim, da opinião dos entrevistados conclui-se que as suas experiências em missões de OP com empenhamento de forças conjuntas permitem tirar ilações bastantes positivas. Os mesmos referem vários aspectos, desde a capacidade de persuasão que o cão tem, até à complementaridade entre as duas forças, através da economia de meios que a Cinotécnia permite, dando maior liberdade à força de Infantaria, podendo concentrar os seus meios em outros locais, garantindo o sucesso da missão.

¹⁶ Ver resposta à questão n.º2 do entrevistado n.º1 – Apêndice B

¹⁷ Ver resposta à questão n.º2 do entrevistado n.º2 – Apêndice C

¹⁸ Ver resposta à questão n.º2 do entrevistado n.º3 – Apêndice D

¹⁹ Ver resposta à questão n.º2 do entrevistado n.º4 – Apêndice E

²⁰ Ver resposta à questão n.º2 do entrevistado n.º5 – Apêndice F

Questão N.º3 - Que vantagens e desvantagens decorrem do empenhamento conjunto?

Quadro 6. 3: Análise de Resultados da questão N.º 3

Respostas	Argumentação
Entrevistado N.º 1	<p>-Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio de retaguarda da força de Infantaria; • Romper resistências pelo uso dos meios Cinotécnicos; • Deter mais facilmente suspeitos em fuga e imobilizá-los; • Dissuadir suspeitos pela atitude agressiva dos canídeos; • Criar perímetros de segurança mais alargados com recurso a menos efectivos; • Cortar linhas de apoio ou de "alimentação" à zona de concentração de desordeiros; <p>-Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Limitações de uso em caso de presença de agentes químicos, produtos inflamados ou incandescentes e vidros partidos ou outros objectos cortantes espalhados pelo pavimento; • Condições climáticas adversas como o excesso de calor ou de frio.
Entrevistado N.º 2	<p>-Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Poder de dissuasão; • Cobrem uma área de acção equivalente à de uma equipa de OP; • Poupa recursos humanos; • Sentidos mais apurados que os humanos, • Úteis em situações que existam outros animais perigosos; • Nas missões de detecção de explosivos e drogas; • Em complemento das actividades policiais. <p>-Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Têm períodos de empenhamento inferiores aos do homem; • Limitações com temperaturas altas; • Limitações logísticas; • A questão psicológica, onde para além do tratador, todos os que trabalhem ao lado, manifestam sempre algum receio; • Numa situação de Controlo de Distúrbios, o cão atinge níveis extremos de excitação e a sua utilização, deve ser muito ponderada; • O animal está mais exposto ao lançamento de objectos contundentes; • Não é aconselhável o patrulhamento, ruas estreitas e muito populosas; • A relação constante do binómio/cão pela ligação com a trela, torna-o mais lento a progredir, proteger-se.
Entrevistado N.º 3	<p>-Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Economia de recursos; • Eficácia do dispositivo; • A demonstração de força e a dissuasão psicológica do adversário; <p>-Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acréscimo dos custos e de esforço logístico numa força conjunta; • A maior desvantagem é o facto da Guarda ainda não ter aproveitado as experiências adquiridas para produzir doutrina;
Entrevistado N.º 4	<p>-Vantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • É um elemento mais dissuasor; • Evita o contacto entre as forças da ordem, e os desordeiros; • Obriga a um afastamento, uma distância física; • Bloquear ruas sem desgastar a força, e garantir a segurança de um itinerário com apenas um ou dois binómios; • Complementaridade entre a Infantaria e a Cinotécnica. <p>-Desvantagens:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aplicação a determinadas horas do dia, sobretudo em períodos de calor; • Desgaste mais rápido; • Receio que o militar de Infantaria tem; • A articulação da força.
Entrevistado N.º 5	<p>-Há vantagens desde que cada tarefa seja desempenhada pelo militar correcto, há sempre um militar com determinada especialidade que se encaixa melhor que outro;</p> <p>-Há necessidade dos papéis entre todos estarem muito bem definidos. Para que este último ponto se verifique, há uma necessidade imperiosa, o treino conjunto. Se assim não for, a vantagem passa a uma desvantagem desmedida.</p>

Esta questão visa perceber até que ponto o empenhamento conjunto é viável, fazendo uma relação entre as vantagens e desvantagens que os entrevistados referiram, das suas experiências como comandantes de forças de MOP.

Nesta questão os entrevistados forneceram uma relação equivalente entre ambas. Podemos afirmar as respostas são unânimes quando referem as qualidades da força Cinotécnica, o mesmo não acontece quando são referidas as lacunas.

Assim fizemos uma apanhado de cada um dos critérios, cruzando as respostas dos entrevistados como se afigura no quadro seguinte:

Quadro 6. 4: Vantagens e Desvantagens referidas na questão N.º 3

Entrevistados	Vantagens	Desvantagens	Entrevistados
1; 2; 4; 3	-Complementaridade com a Infantaria	-Agentes Químicos, Produtos inflamados, Objectos cortantes	1; 2;
1;	-Poder de Choque	-Clima adverso	1; 2; 4
1;	-Deter suspeitos em fuga	-Períodos de empenhamento inferiores	1; 2; 4
1; 2; 4; 3	-Poder de dissuasão	-Limitações Logísticas	2; 3
1; 2; 4	-Segurança de Perímetros	-Questão Psicológica (receio)	2, 4
1; 2; 4	-Cortar linhas de apoio à zona de concentração dos desordeiros	-Lentidão de Progressão	2
2; 4; 3	-Economia de Meios	-Articulação da força	4
2	-Sentidos Mais apurados		
4	-Evita o contacto		

Como podemos verificar o número de vantagens é superior, embora que superficialmente, às limitações que o empenhamento conjunto acarreta.

O entrevistado n.º 5 refere que o empenhamento conjunto é sempre vantajoso, dando relevância à especialização da força, no então este refere que se não houver treino conjunto, o empenhamento pode tornar-se uma desvantagem desmedida.²¹

Concluindo, os entrevistados estão em sintonia quanto à economia de meios, poder de dissuasão e complementaridade que a Cinotécnica dá as forças de Infantaria, como as vantagens que potenciam uma força conjunta de OP.

Quanto às desvantagens, as opiniões apontam as condições meteorológicas e os períodos de empenhamento como as maiores limitações, seguidas das características da área onde decorre a operação e dos objectos usados, a logística e a questão psicológica, ou seja, o receio do militar de Infantaria pelo facto de actuar ao lado do cão em certos dispositivos. Importa aqui referir que todas as limitações enunciadas não dependem directamente da força, mas sim do meio que a envolve.

²¹ Ver resposta à questão n.º3 do entrevistado n.º5 – Apêndice F

Questão N.º4 - Do empenhamento conjunto efectuado no Europeu de Futebol de 2004 em Portugal, quais foram as ilações que tirou?

Quadro 6. 5: Análise de Resultados da questão N.º 4

Respostas	Argumentação
Entrevistado N.º 1	-Da minha experiência com o empenhamento conjunto de meios estou firmemente convencido que esse é um dos aspectos que deve ser privilegiado, sempre que haja condições para o emprego dos meios nas condições descritas; -Se aproveitarmos as potencialidades de cada uma das referidas valências, isso vai-nos permitir aumentar as capacidades de intervenção e reduzir as desvantagens que cada um dos meios tem de <i>per si</i> .
Entrevistado N.º 2	-As ilações são extremamente positivas; -O Euro 2004 foi acima de tudo uma grande operação de segurança estática, onde as Forças eram colocadas com antecedência, numa óptica de prevenção e dissuasão. -Quanto a incidentes, os que registei no Norte foram facilmente resolvidos.
Entrevistado N.º 3	-Julgo ter abordado o Euro2004 o suficiente, nas anteriores respostas.
Entrevistado N.º 4	-Em operações tive realmente uma experiência bastante agradável com esta articulação, no Europeu de Futebol 2004, em que tivemos a articulação das três forças; -Falando especificamente da articulação entre a Infantaria e a Cinotécnica, foram atribuídas missões, na altura em que rebentaram os confrontos na zona de Albufeira, em que eu apenas tinha um pelotão, e para bloquear determinadas ruas e para não perder o grosso do efectivo, empenhei algumas forças de Cinotécnica. Para libertar determinados espaços e para limitar o acesso a determinadas pessoas, depois de ter feito uma vaga ou uma carga, usei forças de Cinotécnica, e para limitar ou para bloquear itinerários e varrer determinadas zonas utilizei também forças de Cinotécnica; -Efectivamente esta articulação é uma mais-valia, e de facto os cães em MOP são muito úteis, essa utilidade é conseguida com a articulação com a Infantaria
Entrevistado N.º 5	-O empenho conjunto que se verificou no Euro 2004 foi bastante positivo; -No que diz respeito à acção propriamente dita, verificou-se que havia falta de entrosamento, coordenação entre as forças que se encontravam no terreno.

A questão n.º 4 tem como objectivo perceber quais as opiniões dos entrevistados, relativamente ao empenhamento conjunto realizado no Euro 2004, no qual os mesmos foram intervenientes.

Uma vez que o Euro 2004 foi o primeiro evento de grande envergadura, onde o empenhamento conjunto foi testado na maioria dos incidentes que decorriam dos jogos de futebol, achou-se conveniente expor esta questão.

Da análise desta questão importa referir que é da opinião de todos os entrevistados que o empenhamento no Euro foi um êxito, na medida em que as forças conseguiram cumprir com sucesso todas as missões a que foram chamados.

O entrevistado n.º 1 que referiu o seguinte: *“Da minha experiência com o empenhamento conjunto de meios, estou firmemente convencido que esse é um dos aspectos que deve ser privilegiado, sempre que haja condições para o emprego dos meios nas condições descritas. Se aproveitarmos as potencialidades de cada uma das referidas valências, isso vai-nos permitir aumentar as capacidades de intervenção e reduzir as desvantagens que cada um dos meios tem de per si.”*²²

²² Ver resposta à questão n.º4 do entrevistado n.º1 – Apêndice B

O entrevistado n.º 2 refere o Euro 2004 como *“uma grande operação de segurança estática, onde as Forças eram colocadas com antecedência, numa óptica de prevenção e dissuasão.”*²³

O 3º entrevistado responde a esta questão remetendo para a questão n.º 2 onde referiu que na preparação das forças para o Euro 2004 *“houve vários meses de preparação específica com exercícios conjuntos e com jogos reais (da Primeira Liga) de preparação, em que foram ensaiados e experimentados vários dispositivos conjuntos e várias modalidades de acção. Foi graças a este evento que a Guarda aprimorou a utilização conjunta, para MOP, das 3 vertentes. Serviu aliás, de exemplo para outros países que, quando visitam a GNR, interessam-se por este tipo de conjugação e potenciação de meios.”*²⁴

O entrevistado n.º 4 acrescenta que a articulação feita no Euro, *“é uma mais-valia, e de facto os cães em MOP são muito úteis, essa utilidade é conseguida com a articulação com a Infantaria”*²⁵

Por sua vez o entrevistado n.º 5 reconhece que o empenhamento efectuado no Euro foi bastante positivo, embora afirme a falta de entrosamento entre as forças dispersas no terreno.²⁶

Concluindo, a importância do sucesso das missões MOP não está no efectivo que se empenha mas sim na atribuição de tarefas às forças preparadas para tal, ajustando a sua articulação de acordo com a situação que se apresenta. É fundamental a utilização da força de acordo com a especialidade, só assim se conseguem conquistar os objectivos pretendidos sem desgastar a força que é empenhada.

Relembro que normalmente estas duas forças apesar de articuladas entre si, em determinadas situações também são articuladas com as forças do dispositivo territorial.

²³ Ver resposta à questão n.º4 do entrevistado n.º2 – Apêndice C

²⁴ Ver resposta à questão n.º2 do entrevistado n.º3 – Apêndice D

²⁵ Ver resposta à questão n.º4 do entrevistado n.º4 – Apêndice E

²⁶ Ver resposta à questão n.º4 do entrevistado n.º5 – Apêndice F

Questão N.º5 - Existe doutrina de empenhamento conjunto?

Quadro 6. 6: Análise de Resultados da questão N.º 5

Respostas	Sim	Não	Argumentação
Entrevistado N.º 1	x		-Sim, embora não muito desenvolvida ela existe, sendo que uma boa parte consta das regras de empenhamento dos meios e outra, de enorme relevo, está nos conhecimentos individuais de cada um dos oficiais que tiveram oportunidade de treinar ou empenhar as forças em conjunto; -Penso que seria de todo o interesse aprofundar e desenvolver essa doutrina, elaborando, um manual que pudesse ser usado no treino e empenhamento operacional das forças.
Entrevistado N.º 2			-Existe um manual de OP para cada parte, onde se abordam conceitos gerais, mas sem entrar em pormenores técnicos; -Existem sim, diversos documentos avulsos, que foram sendo elaborados de cada vez que se faziam treinos conjuntos ou demonstrações; -Importa destacar que estas duas realidades, situadas em Comandos diferentes, mantinham alguma independência de actuação, que julgo vir a diminuir, agora que pertencem todos à UI, onde a questão doutrinária será um ponto a coordenar.
Entrevistado N.º 3		x	-Não. Está previsto um terceiro volume do Manual de Operações, destinado a esta temática, para o qual ainda não se produziram conteúdos.
Entrevistado N.º 4		x	-Estamos a tentar elaborar um documento para esse fim, e com a vinda do GIC para a UI será mais fácil coordenar; -O que normalmente é feito, é por senso comum, nós temos noções de tática e aplicamos essas noções às forças disponíveis; -Aquilo que existem são procedimentos técnico táticos, os quais são aplicados depois de analisar as valências de cada força; -Até hoje não houve problemas, as missões que têm sido atribuídas à Cinotécnica tem sido excepcionalmente aceites da parte destes, e da nossa parte vemos isso como uma mais-valia.
Entrevistado N.º 5		x	-Que tenha conhecimento, não.

À pergunta sobre se existe empenhamento conjunto os entrevistados dividem as suas opiniões, sendo que a maioria refere que não existe doutrina.

Aparentemente esta pergunta parece óbvia, uma vez que existe empenhamento conjunto terá de haver doutrina que rege esse empenhamento. Depois de feita a análise de dados, verificamos que as opiniões estão vagamente em conformidade, tendendo para a negativa quanto à doutrina de empenhamento conjunto.

O entrevistado n.º 1 refere que a doutrina que existe é aquela que consta nas regras de empenhamento de meios, embora não esteja muito desenvolvida. Refere também que parte da doutrina usada está nos conhecimentos individuais de cada um dos oficiais que tiveram oportunidade de treinar ou empenhar as forças em conjunto. Por último defende o aprofundamento e desenvolvimento desta matéria.²⁷

O entrevistado n.º 2 partilha da ideia do primeiro entrevistado referindo que existe um manual de Ordem Pública para cada parte, onde se abordam conceitos gerais, e que existem vários documentos avulsos que foram criados cada vez que havia empenhamento conjunto. Acrescenta ainda que o facto de as forças referidas pertencerem a comandos

²⁷ Ver resposta à questão n.º5 do entrevistado n.º1 – Apêndice B

diferentes, mantinham alguma independência de actuação, que tem de ser colmatada agora que pertencem à mesma unidade.²⁸

O 3º entrevistado, menciona que apesar de não estar elaborado nenhum manual, há um terceiro volume previsto para esta temática no manual de operações.

O entrevistado n.º 4 refere também que o empenhamento se rege pela experiência de quem comanda e pela sua sensibilidade perante a situação, acrescentando que se está a trabalhar no sentido de elaborar um manual de empenhamento conjunto, tarefa facilitada pela integração do GIC na UI.²⁹

Concluindo, à excepção do 1º entrevistado, todos afirmam não existir doutrina de empenhamento conjunto, realçando a necessidade da elaboração de um manual para tal tema, que está a ser desenvolvido desde que o GIC integrou a UI. Esta é uma das medidas que só não foi resolvida anteriormente pelo facto de as forças anteriormente dependerem de comandos diferentes.

Questão N.º6 - Considerando os vários tipos de missões de MOP a que são chamados, acha que o empenhamento conjunto é viável para todo o tipo de missões?

Quadro 6. 7: Análise de Resultados da questão N.º 6

Respostas	Argumentação
Entrevistado N.º 1	-O empenhamento conjunto dessas valências dependerá sempre, da ameaça, das condições do local, do tempo disponível para preparar a resposta e também dos meios que forem atribuídos ao Comandante para o cumprimento dessa missão. -Sou claramente favorável ao emprego conjunto de meios sempre que isso for possível. -Nas missões não planeadas, a decisão terá de ser encontrada com os meios que no momento tiver à disposição, sendo certo, que nunca serão os ideais.
Entrevistado N.º 2	-Há efectivamente missões específicas, onde o empenhamento não é viável.
Entrevistado N.º 3	-Sou da opinião que em quase todas as missões, podem ser utilizados dispositivos conjuntos. -Se atendermos ao efectivo do adversário, a sua motivação e características, a sua dispersão ou posição territorial, o terreno, há sempre tarefas, por muito insignificantes que sejam, que são melhor e mais eficazmente desempenhadas por meios Cinotécnicos e que permitem redireccionar os meios de Infantaria. -Numa perspectiva de gestão de recursos, de maximização das capacidades das forças e da resolução eficaz, serão raras as missões em que não será mais rentável e eficaz operacionalmente, a utilização de meios Cinotécnicos, ou ambos.
Entrevistado N.º 4	-Existem missões em que o empenhamento conjunto não é viável; -Quando existem grandes concentrações de pessoas em que se tenha que ser selectivo, ponho um grande ponto de interrogação quanto à utilização; -Tem de haver uma gestão de utilização de meios Cinotécnicos adequados à situação; -A utilização do cão depende de situação para situação, é uma questão complexa para se dizer em que situação se pode usar, depende de vários factores; -A utilização de meios Cinotécnicos para determinada missão, vai da sensibilidade e dos princípios do próprio comandante, ele tem que medir se ao usar meios Cinotécnicos não vai exaltar ainda mais os ânimos e tornar a situação mais violenta do que seria à partida.
Entrevistado N.º 5	- No meu ponto de vista, nem sempre o empenho conjunto é a melhor solução; - Há que levar em conta todos os factores que envolvem essa missão e aplicar os meios mais adequados à mesma. Quer sejam eles materiais, quer sejam eles humanos.

²⁸ Ver resposta à questão n.º5 do entrevistado n.º2 – Apêndice C

²⁹ Ver resposta à questão n.º5 do entrevistado n.º4 – Apêndice E

A questão n.º 6, tem como móbil saber se os entrevistados concordam com o empenhamento conjunto de forças em todas as missões de Ordem Pública, ou se em determinadas missões tal empenhamento não é viável.

A maioria dos entrevistados refere que o empenhamento conjunto não é viável para todo o tipo de missões de MOP, destacando que em muitas a sua utilização deve ser ponderada.

Destaque-se a argumentação do entrevistado n.º 3, que faz uma argumentação completamente contrária aos restantes entrevistados, referindo que em quase todo o tipo de missões de restabelecimento da ordem deve ser previsto o empenhamento conjunto. *“Numa perspectiva de gestão de recursos, de maximização das capacidades das forças e da resolução eficaz (rápida, firme e com os recursos mínimos), serão raras as missões em que não será mais rentável e eficaz operacionalmente, a utilização de meios cinotécnicos, ou ambos.”*³⁰

Destacamos também a opinião do entrevistado n.º 4 que defende o contrário do entrevistado n.º 3, e vai de encontro às opiniões dos entrevistados 1, 2 e 5. Este defende que o empenhamento conjunto deve ser muito bem ponderado, e devem ser considerados vários factores, mencionando que o empenhamento deve ser considerado de forma a não *“exaltar ainda mais os ânimos e tornar a situação mais violenta do que seria à partida.”*³¹

Nesta questão, conclui-se que nesta questão os entrevistados apontam para a ponderação na utilização dos meios Cinotécnicos em determinadas missões de MOP, posição contrária à dos especialistas do GIC. Tendo em conta a opinião do entrevistado n.º 3, entende-se que o empenhamento conjunto não tenha sido testado o suficiente em treinos realizados.

Resta-me dizer que esta questão talvez seja suprimida com o treino conjunto, simulando as mais diversas situações, entrando mesmo na exaustão de modo a tirar o máximo de exemplos possíveis quanto à prestação dos canídeos.

³⁰ Ver resposta à questão n.º6 do entrevistado n.º3 – Apêndice D

³¹ Ver resposta à questão n.º6 do entrevistado n.º4 – Apêndice E

Questão N.º7 - O empenhamento conjunto deve ser previsto para todo o tipo de escalão a empenhar?

Quadro 6. 8: Análise de Resultados da questão N.º 7

Respostas	Argumentação
Entrevistado N.º 1	-Entendo que o empenhamento conjunto deve ser a regra de todo escalão; -Mais importante do que o escalão, é a natureza da missão, as condições do local e a disponibilidade de meios que ditam o seu empenhamento conjunto.
Entrevistado N.º 2	-O empenhamento conjunto pode ser sempre previsto, nem que seja como reserva; -Estando planeado será sempre mais fácil empregar, do que não o estando. Além disso cria automatismos, não apenas no planeamento, como na disponibilidade dos recursos e na sua expectativa de emprego. Este último será necessariamente criterioso, em função das necessidades/mais-valias.
Entrevistado N.º 3	-Sim. Embora haja limitações nas forças Cinotécnicas, nas situações em que a violência atinge o seu expoente máximo. Mas mesmo nestas situações, há meios Cinotécnicos indicados para o efeito: Binómios de Intervenção Táctica.
Entrevistado N.º 4	-Penso que estão preparados para dar uma resposta ao escalão mais alto, porém estão melhor preparados para dar resposta a escalões inferiores, como ao nível do Pelotão e da Companhia; -Quando é empenhado um Batalhão, está previsto que o equivalente a empenhar é uma Companhia Cinotécnica;
Entrevistado N.º 5	-O empenho conjunto deve ser sempre previsto em todas as missões e deve variar consoante o tipo de escalão.

A questão tem como móbil entender se os entrevistados concordam que o empenhamento conjunto deve ser previsto a todos os escalões ou só aos escalões mais baixos. É necessário entender se o efectivo da Cinotécnica permite acompanhar o empenhamento em Ordem Pública da Infantaria a todos os escalões.

As argumentações são unânimes, considerando que o empenhamento deve ser sempre previsto para todos os escalões a empenhar.

Os entrevistados n.º2 e 5 afirmam que o empenhamento deve ser previsto a todos os escalões, considerando que a natureza da missão é mais importante que o escalão.

O 2º entrevistado alega que o empenhamento deve ser previsto mesmo como reserva, defendendo que só assim se conseguem criar automatismos na disponibilidade dos recursos.³²

O Entrevistado n.º 3 salienta que o empenhamento deve ser previsto a todos os escalões, embora este acarrete limitações para as forças Cinotécnicas.³³

Por sua vez, o entrevistado n.º 4 alega que as forças Cinotécnicas embora sejam capazes de responder a todos os escalões, *“estão melhor preparados para dar resposta a escalões inferiores, como ao nível do Pelotão e da Companhia.”*³⁴

Conclui-se que, o empenhamento em Ordem Pública obriga as forças Cinotécnicas a um grande desgaste, o que leva a fazer uma grande gestão dos binómios, rodando os binómios

³² Ver resposta à questão n.º7 do entrevistado n.º2 – Apêndice C

³³ Ver resposta à questão n.º7 do entrevistado n.º3 – Apêndice D

³⁴ Ver resposta à questão n.º7 do entrevistado n.º4 – Apêndice E

empenhados com maior frequência. Se tal acontece nos escalões mais baixos, é obvio que quanto mais subirmos no escalão maior vai ser o desgaste, facto que pode condicionar em grande escala a operação.

Questão N.º8 - Considerando que é empenhada uma Companhia de Infantaria numa missão de MOP, qual será o efectivo a empenhar pela Cinotécnica para fazer corresponder ao empenhamento conjunto com a Infantaria?

Quadro 6. 9: Análise de Resultados da questão N.º 8

Respostas	Argumentação
Entrevistado N.º 1	-Para o empenhamento de uma Companhia de Infantaria, regra geral, devemos prever no mínimo, o emprego conjunto de duas Secções Cinotécnicas, idealmente, três secções, sendo certo que esta é, como já disse, uma avaliação muito genérica e sem reflectir sobre um cenário em concreto.
Entrevistado N.º 2	-Emprega-se a correspondência, Companhia de Infantaria; Secção de Cinotécnica. -Em função da missão e dos recursos disponíveis, pode incrementar os efectivos a empenhar.
Entrevistado N.º 3	-O que está definido, para uma Companhia de Infantaria, é um Pelotão Cinotécnico. Mas só o GIC está preparado, com formação, treino, efectivo e orgânica para desempenhar missões desta natureza. Os binómios do dispositivo territorial não podem desempenhar estas missões.
Entrevistado N.º 4	-Para um, Batalhão de Infantaria vem uma Companhia de Cinotécnica, para uma Companhia de Infantaria vem um Pelotão de Cinotécnica e para um Pelotão de Infantaria vem uma Secção de Cinotécnica.
Entrevistado N.º 5	-Não deve existir esta relação. O que deve ser feito, no meu entender é, avaliar a situação e todos os factores que a compõem (clima, tempo, finalidade, clima, etc.). Depois de avaliados estes pormenores, aplica-se as forças necessárias, tendo em conta as suas características.

Ainda dentro do assunto direccionado ao escalão a empenhar, decidiu-se questionar os entrevistados, qual será a proporção de escalões entre as duas forças.

Analizadas as respostas, observamos que os entrevistados fazem todos a mesma relação. Fazendo corresponder sempre o escalão imediatamente a baixo, ou seja, se para uma Companhia de Infantaria faz corresponder um Pelotão Cinotécnico, para um Pelotão de Infantaria faz corresponder uma Secção Cinotécnica, e assim sucessivamente.

O entrevistado n.º 1, acrescenta ainda que esta relação é muito genérica, pois esta deve ter em conta a situação, o local, o clima, entre outros, ou seja, mais uma vez é argumentado que esta relação depende de vários factores.³⁵ Esta ideia é reforçada também pelo entrevistado n.º 2, que defende que esta relação é feita *“em função da missão específica e dos recursos disponíveis, se pode incrementar os efectivos a empenhar.”*³⁶

O entrevistado n.º 3 acrescenta que *“só o GIC está preparado, com formação, treino, efectivo e orgânica para desempenhar missões desta natureza. Os binómios do dispositivo territorial não podem desempenhar estas missões.”*³⁷

³⁵ Ver resposta à questão n.º8 do entrevistado n.º1 – Apêndice B

³⁶ Ver resposta à questão n.º8 do entrevistado n.º2 – Apêndice C

³⁷ Ver resposta à questão n.º8 do entrevistado n.º3 – Apêndice D

Por último, o entrevistado n.º 5, não dá importância a esta relação, alegando que “o que deve ser feito, no meu entender é, avaliar a situação e todos os factores que a compõem (clima, tempo, finalidade, clima, etc.). Depois de avaliados estes pormenores, aplica-se as forças necessárias, tendo em conta as suas características.”³⁸

Conclui-se que esta relação deve estar bem estabelecida, para que os militares tenham conhecimento daquilo que está definido e saibam actuar em caso de emergência, no entanto deve haver uma flexibilidade de adequação da força, para que esta tenha maior poder de adaptação as variadas situações. Apesar de se dever estabelecer uma relação, esta não deve ser rígida, uma vez que por vezes a própria missão vai impor a relação de meios.

Questão N.º9 - Será possível conjugar o tempo de trabalho de um homem de Infantaria com um binómio?

Quadro 6. 10: Análise de Resultados da questão N.º 9

Respostas	Sim	Não	Argumentação
Entrevistado N.º 1			-Esta é uma das questões mais controversas nas discussões entre os comandantes e os especialistas da Cinotécnica; -Cada um deles com argumentos que, não raras vezes, tornam as respectivas posições inconciliáveis, o que considero um erro. -Pelo meu conhecimento de empenhamento conjunto de militares de Infantaria e de binómios Cinotécnicos, direi que o horário deverá ser diferenciado, ou seja, aos militares podem ser atribuídas mais horas de serviço; -No entanto, em caso de necessidade e em períodos curtos, de um ou dois dias, e com condições atmosféricas normais, penso que se poderá prolongar o período de empenhamento dos binómios Cinotécnicos até às 8 ou mesmo 10 horas, desde que se assegurem aos canídeos pequenos períodos de descanso, de água e alimentação, se necessário.
Entrevistado N.º 2	x		-Lembrando que o homem é mais flexível que o cão, será este a adaptar-se.
Entrevistado N.º 3		x	-Em situações de MOP, o efectivo Cinotécnico tem efectuar várias rotações das secções, durante o tempo em que o mesmo efectivo de Infantaria se mantém. A intensidade das rotações aumenta com a excitabilidade induzida nos canídeos, fruto da proximidade e actividade do adversário. Numa situação preventiva as rotações são mínimas e apenas também dependem das condições climáticas.
Entrevistado N.º 4			-Trabalhei com os cães no Europeu de Futebol de 2004, e recordei que estivemos desde a 1h30m até às 4h00m da manhã em pura ordem pública, e os cães aguentaram-se bem; -Agora ao certo não te consigo responder quanto tempo aguenta o cão a trabalhar em ordem pública; -O máximo de tempo que estive a trabalhar com os cães, foi no Euro 2004, e trabalharam bem e com bastante intensidade, sendo que aguentaram, agora quanto é que eles aguentavam mais para além disso não sei.
Entrevistado N.º 5		x	-Não é possível, a hora a que a missão se desenrola, tem influência no binómio; -As altas e baixas temperaturas limitam o desempenho do canídeo e a duração da patrulha não deve exceder as 4 horas nestas condições adversas; -Prova disto foi o Euro 2004, quando os binómios permaneciam nas carrinhas, nos jogos que se realizavam à tarde e só saíam para garantir o perímetro defensivo na hora de maior movimento.

³⁸ Ver resposta à questão n.º8 do entrevistado n.º5 – Apêndice F

A última questão da nossa entrevista, aborda um ponto que por vezes se torna polémico, citando o entrevistado n.º 1, *“Esta é uma das questões mais controversas nas discussões entre os comandantes e os especialistas da Cinotécnica. Cada um deles com argumentos que, não raras vezes, tornam as respectivas posições inconciliáveis, o que considero um erro.”* Porém achamos conveniente abordar este aspecto uma vez que surgem várias opiniões em volta deste assunto. Entende-se mais uma vez que esta relação vai depender da missão a que os cães são sujeitos.

O 1º entrevistado defende *“que o empenhamento conjunto de militares de Infantaria e de binómios Cinotécnicos deve ter um horário diferenciado, ou seja, aos militares podem ser atribuídas mais horas de serviço. No entanto, em caso de necessidade e em períodos curtos, de um ou dois dias, e com condições atmosféricas normais, penso que se poderá prolongar o período de empenhamento dos binómios Cinotécnicos até às 8 ou mesmo 10 horas, desde que se assegurem aos canídeos pequenos períodos de descanso, de água e alimentação, se necessário.”*³⁹

O entrevistado n.º 2 defende que esta adaptação é possível, porém tem de ser o homem a adaptar-se ao cão uma vez que este é mais flexível.⁴⁰

Por sua vez, o entrevistado n.º 3 refere o desgaste do cão como uma limitação, tendo este de ser substituído mais regularmente que o homem de Infantaria.⁴¹

O 4º entrevistado remete a questão para os especialistas da Cinotécnica, acrescentando da sua experiência o seguinte: *“estivemos desde a 1h30m até as 4h00m da manhã em pura ordem pública, e os cães aguentaram-se bem”.*⁴²

Por último, o 5º entrevistado, alega não ser possível tal adaptação, uma vez que *“a hora a que a missão se desenrola, tem influência no binómio, as altas e baixas temperaturas limitam o desempenho do canídeo e a duração da patrulha não deve exceder as 4 horas nestas condições adversas. Exemplo disso foi o euro 2004”.*⁴³

Com esta análise conclui-se que esta questão levanta várias dúvidas sobre o tempo que um binómio deve actuar neste tipo de missões, em rigor, esta é uma questão que pode e deve ser colmatada através de treino conjunto, fazendo testes de resistência ao binómio.

³⁹ Ver resposta à questão n.º9 do entrevistado n.º1 – Apêndice B

⁴⁰ Ver resposta à questão n.º9 do entrevistado n.º2 – Apêndice C

⁴¹ Ver resposta à questão n.º9 do entrevistado n.º3 – Apêndice D

⁴² Ver resposta à questão n.º9 do entrevistado n.º4 – Apêndice E

⁴³ Ver resposta à questão n.º9 do entrevistado n.º5 – Apêndice F

CAPÍTULO 7 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como propósito ostentar as conclusões do trabalho e expor resultados que satisfaçam a importância do tema abordado.

Como foi referido anteriormente, o evoluir de uma sociedade acarreta novos perigos que põem em causa a segurança da mesma. Uma Força de Segurança por muito bem preparada e servida que esteja vê-se obrigada a acompanhar essa mesma evolução, reformulando os seus dispositivos para fazer face a todas as situações que entrem no seu campo de acção e que ponham em causa a segurança e bem-estar da população.

A integração do GIC na UI advinda da reestruturação obriga a adaptações da força para que esta satisfaça o propósito que lhe é exigido. Para percebermos estas adaptações na parte teórica fazemos referência à histórica da Unidade de Intervenção e do Grupo de Intervenção Cinotécnico, abordando sucintamente o passado que as preenche ao serviço da Guarda, aludindo as suas missões, articulação e actuação.

Depois de entendermos a sua evolução, elaboramos um capítulo referente à Ordem Pública. Entrando num mundo onde os sectores empresariais dão primazia cada vez mais à especialização de acordo com a área em que se trabalha, a Guarda não fugindo a regra, através da UI contém subunidades especializadas em determinadas matérias mais complexas que surgem em situações inopinadas e que exigem um cuidado redobrado. Assim, entrando no domínio da OP referimos o GIOP como Subunidade da UI competente para a resolução de missões de MOP, podendo esta actuar em sintonia com outras forças ou como força exclusivamente composta pelo factor humano (Infantaria).

Para percebermos o empenhamento nas missões de MOP, fazemos também uma breve referência aos manuais que ditam as normas de empenhamento de Forças de Ordem Pública e das forças Cinotécnicas. Por último estabelecemos a definição de empenhamento conjunto, com o objectivo de auxiliar a relação entre as duas forças.

Neste capítulo são apresentadas as conclusões retiradas da análise de dados, fundamentadas nas opiniões fornecidas pelos entrevistados, que consistem em dar resposta às questões intermédias que surgem do problema no qual se centra toda a investigação, ou seja, no fundo consiste em mensurar as hipóteses formuladas.

7.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Durante a investigação aglomerou-se uma panóplia de dados que se pretenderam organizar de forma conclusiva, para responder à pergunta de partida e comprovar as hipóteses formuladas. As hipóteses advêm das questões intermédias da pergunta de partida colocadas na entrevista, logo a validação destas depende dos dados fornecidos pelos entrevistados.

H1- O empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria em missões de MOP é actualmente uma realidade;

Hipótese **totalmente validada** pela interpretação dos resultados da questão n.º 1.

H2- Existe doutrina que prevê o empenhamento conjunto das duas vertentes em missões de MOP;

Hipótese **totalmente refutada** pela interpretação dos resultados da questão n.º 5.

H3- O empenhamento conjunto em missões de MOP é visto como uma mais-valia, considerando as capacidades de uma Força de OP;

Hipótese **totalmente validada** pela interpretação dos resultados da questão n.º 1; 2; 3 e 4.

H4- Em determinadas missões o empenhamento Cinotécnico pode acarretar limitações para a Força de OP;

Hipótese **parcialmente validada** pela interpretação dos resultados da questão n.º 6.

H5- A Cinotécnia pode ser empenhada numa missão de Ordem Pública, aos diferentes escalões;

Hipótese **totalmente validada** pela interpretação dos resultados da questão n.º 7 e 8.

H6- O tempo de trabalho de um binómio é diferente do tempo de trabalho de um homem de Infantaria, pelo que o seu empenhamento deve ser bem planeado e coordenado para que este tenha efeito desejado;

Hipótese **totalmente validada** pela interpretação dos resultados da questão n.º 9

7.3 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

A preparação para a realização de um trabalho, por muito simples que este venha a ser é sempre fundamental. Como tal, a formação de um Oficial tirocinante deveria prever uma preparação mais específica nesse sentido, com o objectivo de quando iniciado o prazo da investigação se possa caminhar desde logo no sentido desejado, como tal considera-se a falta de preparação para a realização deste trabalho como a principal limitação.

O facto de o tema abordado transportar a investigação para uma realidade recente, devido à reestruturação, e tendo em conta que o tema abordado ser bastante pertinente, leva a limitações inesperadas como foi o caso da procura de bibliografia, que é relativamente escassa o que leva a que o aprofundamento sobre a matéria não seja o mais desejado.

7.4 PROPOSTAS

Ao terminar a investigação, a sensação de poder ir mais além na questão da OP é grande. Uma vez o tema tratado reportar para o empenhamento Cinotécnico nas missões de MOP, e este estar agora em desenvolvimento com a criação de um manual que prevê o empenhamento conjunto de forças (Infantaria, Cavalaria e Cinotécnia), deixa-se aqui o desafio de lançar uma nova investigação que estude as mudanças que a elaboração deste manual trouxe para as missões e para o modo de empenhar as forças.

Na presente investigação sentiu-se a necessidade de estudar algumas definições, como foi o caso de “empenhamento conjunto”. Assim sendo propõe-se a elaboração de definições que abordem conceitos como: o que é a “Ordem Pública” e o que são missões de MOP, estes conceitos no meu entender podem ser muito abrangentes e fugir do tema que aqui foi tratado.

Sendo assim laçamos o desafio de tratar estas questões uma vez que a sua dimensão é fundamental para o serviço operacional da Guarda.

7.5 REFLEXÃO FINAL

Considerando que a Guarda é uma das maiores organizações nacionais, contendo uma vasta e diferenciada panóplia de forças, capazes de intervir nas mais diversas situações para garantir a segurança da população, é imperativo que se articule de forma a rentabilizar, ao máximo os meios disponíveis.

O trabalho em equipa aumenta significativamente as possibilidades de sucesso. Neste contexto, é importante realçar que devemos aproveitar a articulação de meios para rentabilizar o esforço e conseguir assim alcançar resultados de maior qualidade.

Como tal, entendemos que a GNR deve desenvolver a componente da OP, articulando as respectivas valências que tem ao seu dispor. Uma vez que o Euro 2004 contribuiu para que a Guarda aperfeiçoa-se a utilização conjunta nas missões de MOP, deve-se trabalhar no sentido de melhorar esta utilização e desenvolver novos modelos de articulação.

Como vimos no desenvolvimento do trabalho, o empenhamento conjunto em missões de MOP, entre a Cinotécnia e Infantaria apresenta vantagens significativas que permitem potencializar uma Força de OP.

Contudo, a articulação destas duas vertentes deve ser ponderada, tendo em conta os factores inerentes à missão e as condicionantes que a Cinotécnia apresenta.

Sublinhe-se ainda o facto de não existir doutrina de empenhamento conjunto, pelo que limita a actuação da força. Assim sendo, conseguimos apurar que é possível atingir um maior grau de eficiência com a implementação de um manual que estabeleça normas de empenhamento conjunto.

A sociedade atravessa um processo de globalização que leva a uma colossal competitividade entre as organizações. Deste modo, para que uma organização possa sobreviver, deve desenvolver um trabalho no sentido de responder a patamares de objectividade cada vez mais elevados. Assim, entende-se que a eficácia deixou de ser encarada como uma finalidade, passando a constituir um propósito.

Segundo Fiske (1999:199) “A ineficácia é um desvio numa sociedade competitiva e, como tal, relaciona-se naturalmente com a vilania.”

BIBLIOGRAFIA

LIVROS

AAVV Dicionário de Sinónimos de Língua Portuguesa da Porto Editora

ACADEMIA MILITAR (1998) – *Táctica Geral e Operações Militares*, Academia Militar I, Lisboa.

ACADEMIA MILITAR (2008) - *Orientações para redacção de trabalhos*, Academia Militar, Lisboa.

ALBARELLO, I. Digneffe, F. Hieenaux, J. Maroy, C. Ruquoy, D. Staint-Georges, P. (1997) (1.^a Ed) *Práticas e Métodos em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa,

BELL, Judith (2008) (4^aEd.) *Como Realizar um Projecto de Investigação*, Gradiva, Lisboa

DUARTE, Pedro (2001) (1^aEd.) *Regimento de Infantaria da Guarda Nacional Republicana, A Nossa História*, Grafispaço, Lda.

ECO, Umberto (1998) (7^a Ed.) *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, Editorial Presença, Lisboa

FISKE, John (1999), *Introdução ao estudo da comunicação*, Porto: Edições Asa.

FRADA, João José Cúcido (1999) *Guia Prático Para a Elaboração e Apresentação de Trabalhos Científicos*, Edições Cosmos, Lisboa

Guarda Nacional Republicana. (1996) (Volume I) *Manual de Operações*, Lisboa Ministério da Administração Interna

Guarda Nacional Republicana. (1997). *Normas para a Utilização e Emprego Operacional das Equipas Cinotécnicas*. Lisboa, Ministério da Administração Interna

Guarda Nacional Republicana. (Revisão de Setembro de 2004). *Manual de Ordem Pública. Regimento de Infantaria*. Direcção de Instrução

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van (1998) (2^aEd.) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Gradiva, Lisboa

SARMENTO, Manuela (2008) – *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos (1998) *Metodologia da Investigação, Redacção e Apresentação de Trabalhos Científicos*, Livraria Civilização Editora, Porto.

LEGISLAÇÃO

DECRETO DE 10 DE DEZEMBRO DE 1801 – Criação da Guarda Real de Policia.

DECRETO DE 03 DE JULHO DE 1834 – Criação da Guarda Municipal.

DECRETO DE 12 DE OUTUBRO DE 1910 – Extingue a Guarda Municipal e cria a Guarda Republicana.

DECRETO DE 03 DE MAIO DE 1911 – Criação da Guarda Nacional Republicana.

DECRETO-LEI N.º 510/71 DE 22 DE NOVEMBRO – Cria o Centro de Instrução da Guarda.

DECRETO-LEI N.º 333/83 DE 14 DE JULHO – Estabelece o Batalhão n.º 1 como unidade de reserva.

DECRETO-LEI 230/93, DE 26 DE JUNHO – Extinção da Guarda Fiscal e criação da Brigada Fiscal da GNR.

DECRETO-LEI N.º 231/93 DE 26 DE JUNHO – Define a Lei Orgânica da GNR, a Articulação do Regimento de Infantaria em subunidades de Comando e Serviços, criação do Batalhão Operacional.

DESPACHO N.º 77/08 – ORDEM DA GUARDA, DE 22 DE DEZEMBRO, do Comandante Geral da GNR - Define as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Intervenção.

LEI 63/2007, DE 6 DE NOVEMBRO – Aprova a Nova Lei Orgânica da GNR.

PORTARIA N.º 1450/2008 DE 16 DE DEZEMBRO - Define a organização interna das unidades territoriais, especializadas, de representação e de intervenção e reserva, bem como as respectivas subunidades.

APÊNDICE

APÊNDICE A

GUIÃO DA ENTREVISTA

A.1 OBJECTIVOS

OBJECTIVOS DA ENTREVISTA:

- Verificar se existe empenhamento Cinotécnico nas missões de MOP;
- Verificar se existe doutrina que prevê o empenhamento conjunto;
- Determinar quais as vantagens e desvantagens que decorrem do empenhamento conjunto;
- Saber qual o contributo que o Euro 2004 trouxe para o empenhamento das duas forças;
- Determinar através das experiências dos comandantes se o empenhamento conjunto é viável nas missões de MOP;
- Perceber face às limitações da força Cinotécnica, em que situações e a que níveis este empenhamento pode surgir.

A.2 ENTREVISTADOS

De acordo com os objectivos gerais pretendidos, pretendeu-se efectuar uma entrevista do tipo semi-directiva, com o objectivo de recolher uma panóplia de dados suficientemente vasta que permita perceber se o empenhamento Cinotécnico nas missões de ordem pública é válido.

Assim foram escolhidos dois Oficiais especialistas da Cinotécnia, dois Oficiais especialistas do GIOP, uma vez que a ser empenhada a cinotécnia vai actuar em reforço a esta força, e um Oficial comandante de Destacamento Territorial, devido a ambas as forças actuarem em reforço das unidades territoriais.

As entidades foram escolhidas tendo em conta a sua função no Euro 2004 e por se entender que as mesmas possuem um conhecimento privilegiado acerca do assunto.

Entrevistado 1: Major Matias;

Entrevistado 2: Capitão Barradas;

Entrevistado 3: Capitão Costa Pinto;

Entrevistado 4: Capitão Cruz;

Entrevistado 5: Capitão Araújo

A.3 GUIÃO DA ENTREVISTA



ACADEMIA MILITAR

DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – GNR

14º TPO - GNR INFANTARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Entrevistas Aplicadas

Trabalho realizado pelo Aspirante de Carlos Cunha
Orientador: Tenente de Infantaria Pedro Nogueira

ESCOLA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
TIROCÍNIO PARA OFICIAIS

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente entrevista surge no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, cujo tema é “A Unidade de Intervenção – Utilização de forças Cinotécnicas nas missões de Ordem Pública”, com a qual se pretende verificar a validade e formas de empenhamento conjunto destas forças nas missões de MOP.

No que respeita ao trabalho de campo, pretende-se realizar entrevistas semi-directivas a pessoas criteriosamente seleccionadas, em função do seu conhecimento sobre o tema.

A entrevista que pretendemos aplicar a V. Ex.^a tem como propósito a recolha de um precioso contributo, já que V. Ex.^a é uma pessoa com conhecimentos e experiências sobre a vertente de missões de Manutenção de Ordem Pública.

Esta entrevista servirá como ponte entre a pesquisa teórica e todo o trabalho de campo, com o objectivo de dar resposta à pergunta central da investigação.

Desta forma, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a que nos conceda esta entrevista para a valorização do trabalho.

Gratos pela sua colaboração.

Atenciosamente,

Carlos Manuel Moreira da Cunha

Asp. GNR INF

Caracterização dos inquiridos:

Nome:

Idade:

Posto:

Função actual:

Função no Euro 2004:

Tempo de Serviço:

Tempo de Serviço na UI/RI/DTER:

- 1- Existe empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria nas missões de MOP?
- 2- Das missões de empenhamento conjunto em que participou durante a sua carreira, quais as ilações que tirou? Refira alguns exemplos de missões em que tenha participado.
- 3- Que vantagens e desvantagens decorrem do empenhamento conjunto?
- 4- Do empenhamento conjunto efectuado no Europeu de Futebol de 2004 em Portugal, quais foram as ilações que tirou?
- 5- Existe doutrina de empenhamento conjunto?
- 6- Considerando os vários tipos de missões de manutenção de ordem pública a que são chamados, acha que o empenhamento conjunto é viável para todo o tipo de missões?
- 7- O empenhamento conjunto deve ser previsto para todo o tipo de escalão a empenhar?
- 8- Considerando que é empenhada uma Companhia de Infantaria numa missão de MOP, qual será o efectivo a empenhar pela Cinotécnia para fazer corresponder ao empenhamento conjunto com a infantaria?
- 9- Será possível conjugar o tempo de trabalho de um homem de Infantaria com um binómio?

APÊNDICE B

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 1

Entrevistado 1

Nome: Major Matias

Idade: 50 Anos

Posto: Major de Infantaria

Função actual:....

Função no Euro 2004:CMDT

Tempo de Serviço: 28 Anos

Tempo de Serviço na UI/RI/DTER: 7 Anos

Caracterização do objecto de análise:

1- Existe empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria nas missões de MOP?

Sim, existe esse empenhamento, o qual se me afigura complementar é de grande importância no apoio da manobra das forças de infantaria.

Excluindo as situações em que o empenhamento dos meios cinotécnicos não se pode fazer devido ao perigo para a vida ou integridade física dos canídeos, designadamente quando forem usadas armas, agentes químicos ou produtos inflamatórios e incandescentes contra as forças, a sua utilização reveste-se da maior importância.

2- Das missões de empenhamento conjunto em que participou durante a sua carreira, quais as ilações que tirou? Refira alguns exemplos de missões em que tenha participado.

Sim, na qualidade de Comandante do Destacamento Territorial de Albufeira fui o comandante no terreno das forças da Guarda, na operação de reposição e

manutenção da ordem pública durante os incidentes ocorridos, com os adeptos Ingleses, nas noites dos dias 15, 16 e 19 de Junho de 2004, aquando da realização do Campeonato da Europa de Futebol de 2004 (Euro2004);

Nessa operação utilizei conjuntamente as forças de cavalaria, infantaria e cinotécnica, o que a meu ver foi uma mais-valia na resolução rápida, eficiente e eficaz da alteração de ordem pública.

Para vencer a resistência que uma multidão de 300 a 400 pessoas concentradas, num plano inclinado e num curto espaço numa avenida representava, foi necessário empenhar a cavalaria para romper a maior resistência, abrir uma brecha e provocar a dispersão dos manifestantes o que facilitou a carga da força de infantaria que se lhe seguiu.

Enquanto a força de infantaria procedia à carga e à detenção de desordeiros, a força da cinotécnica auxiliava-a nessa tarefa quer dispersando e mantendo afastados alguns manifestantes quer imobilizando aqueles que deviam ser detidos, quer ainda participando na criação de um perímetro de segurança para consolidar a posição das nossas forças para restabelecer e manter a ordem pública.

Durante a fase da operação que se seguiu á reposição da ordem pública, os meios cinotécnicos foram fundamentais para garantir a segurança e dissuadir os desordeiros de novos confrontos com as nossas forças.

Esse empenhamento conjunto foi muito importante para o êxito desta operação, dada a complementaridade das três valências.

3- Que vantagens e desvantagens decorrem do empenhamento conjunto?

As vantagens:

- Apoio de retaguarda à força de infantaria que assim não tem de se empenhar e preocupar com envolvimento que os manifestantes possam fazer;
- Romper resistências pelo uso dos meios cinotécnicos quando a frente da manifestação não for muito profunda e não sejam usados agentes químicos ou materiais incandescentes contra os animais;
- Deter mais facilmente suspeitos em fuga e imobilizá-los sem necessidade de recurso á força;
- Dissuadir suspeitos pela atitude agressiva dos canídeos;
- Criar perímetros de segurança mais alargados com recurso a menos efectivos;
- Cortar linhas de apoio ou de “alimentação” á zona de concentração de desordeiros;

As desvantagens:

- Limitações de uso em caso de presença de agentes químicos, produtos inflamados ou incandescentes e vidros partidos ou outros objectos cortantes espalhados pelo pavimento;
- Condições climáticas adversas como o excesso de calor ou de frio;

4- Do empenhamento conjunto efectuado no Europeu de Futebol de 2004 em Portugal, quais foram as ilações que tirou?

Esta resposta está contida nas anteriores, mas sempre direi que da minha experiência com o empenhamento conjunto de meios (cavalaria/infantaria e cinotécnica) estou firmemente convencido que esse é um dos aspectos que devem ser privilegiados, sempre que haja condições para o emprego dos meios nas condições descritas.

Devemos potenciar ao máximo as capacidades e a experiência que a Guarda tem neste domínio, no que é exclusiva no nosso País.

Se aproveitarmos as potencialidades de cada uma das referidas valências, isso vai-nos permitir aumentar as capacidades de intervenção e reduzir as desvantagens que cada um dos meios tem de *per si*.

5- Existe doutrina de empenhamento conjunto?

Sim, embora não muito desenvolvida ela existe, sendo que uma boa parte consta das regras de empenhamento dos meios e outra, de enorme relevo, está nos conhecimentos individuais de cada um dos oficiais que tiveram oportunidade de treinar ou empenhar as forças em conjunto.

Penso que seria de todo o interesse, aprofundar e desenvolver essa doutrina, quer através da investigação e do estudo de todos os elementos disponíveis, neles se incluindo o conhecimento disperso pelos vários actores já mencionados, quer elaborando, posteriormente, um manual que pudesse ser usado no treino e empenhamento operacional das forças.

6- Considerando os vários tipos de missões de manutenção de ordem pública a que são chamados, acha que o empenhamento conjunto é viável para todo o tipo de missões?

O empenhamento conjunto dessas valências dependerá sempre, da ameaça, das condições do local, do tempo disponível para preparar a resposta e também dos meios que forem atribuídos ao Comandante para o cumprimento dessa missão.

Eu diria que nas acções de reposição e manutenção da ordem pública que foram previamente planeadas e em que seja possível dispor de todos os meios, caberá ao

comandante, coadjuvado pelos responsáveis de cada uma das áreas, avaliar do empenhamento conjunto dos meios.

Sou claramente favorável ao emprego conjunto de meios sempre que isso for possível.

Nas missões não planeadas, a decisão terá de ser encontrada com os meios que no momento tiver á disposição, sendo certo, que nunca serão os ideais.

Sobre as ocorrências não planeadas, e atendendo aos vários cenários que conheço em virtude de neles ter sido um actor principal, gostaria de dizer que é muito importante, avaliar rapidamente a situação, decidir com determinação e firmeza, manter a iniciativa e solicitar apoio em caso de necessidade.

7- O empenhamento conjunto deve ser previsto para todo o tipo de escalão a empenhar?

Entendo que o empenhamento conjunto deve ser a regra de todo e qualquer escalão, tendo no entanto presente que um comandante deve fazer um uso racional dos meios ao seu dispor e segundo os critérios da proporcionalidade, da adequação e da necessidade.

Esse entendimento abrange todos os escalões e posso dizer que recorri, várias vezes, ao empenhamento conjunto ao nível do escalão patrulha, em que combinei, uma patrulha apeada com uma patrulha de cavalaria e dois binómios cinotécnicos para manutenção da ordem pública, com inegáveis vantagens se comparada este força com uma equivalente de três patrulhas apeadas.

Mas também empenhei conjuntamente forças de infantaria e cinotécnicas para manter a ordem pública em eventos como a Concentração Internacional de Motos de Faro, a realização de espectáculos desportivos ou outros de grandes dimensões, designadamente, concertos em estádios de futebol ou em locais sem qualquer edificado ou estruturas para acolher pessoas.

Ou seja, mais importante do que o escalão, é a natureza da missão, as condições do local e a disponibilidade de meios que ditam o seu empenhamento conjunto.

8- Considerando que é empenhada uma Companhia de Infantaria numa missão de MOP, qual será o efectivo a empenhar pela Cinotécnia para fazer corresponder ao empenhamento conjunto com a infantaria?

Entendo que isso vai depender, entre outros, dos vários factores já referidos anteriormente mas penso que para o empenhamento de uma companhia de infantaria, regra geral, devemos prever no mínimo, o emprego conjunto de duas secções cinotécnicas, idealmente, três secções, sendo certo que esta é, como já disse, uma avaliação muito genérica e sem reflectir sobre um cenário em concreto.

9- Será possível conjugar o tempo de trabalho de um homem de Infantaria com um binómio?

Esta é uma das questões mais controversas nas discussões entre os comandantes e os especialistas da cinotécnica.

Cada um deles com argumentos que, não raras vezes, tornam as respectivas posições inconciliáveis, o que considero ser um erro.

Pelo meu conhecimento de empenhamento conjunto de militares de infantaria e de binómios cinotécnicos, direi que o horário deverá ser diferenciado, ou seja, aos militares podem ser atribuídas mais horas de serviço.

No entanto, em caso de necessidade e em períodos curtos, de um ou dois dias, e com condições atmosféricas normais, penso que se poderá prolongar o período de empenhamento dos binómios cinotécnicos até às 8 ou mesmo 10 horas, desde que se assegurem aos canídeos pequenos períodos de descanso, de água e alimentação, se necessário.

É importante que os comandantes e os especialistas saibam que, para garantir o êxito da missão, o esforço deve ser exigido a todos e entre todos deve ser repartido, de acordo com as suas capacidades e aptidões.

Não devemos esquecer que o cumprimento do dever pode, em última instância exigir, o sacrifício da própria vida e, esta não pode ser uma exigência aplicável apenas aos militares.

APÊNDICE C

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 2

Entrevistado 2

Nome: Barradas

Idade: 38 Anos

Posto: Capitão de Infantaria

Função actual: 2º Cmdt GIOP

Função no Euro 2004: Cmdt Pel Bop

Tempo de Serviço: 9 Anos

Tempo de Serviço na UI/RI/DTER: 9 Anos

Caracterização do objecto de análise:

1- Existe empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria nas missões de MOP?

Importa primeiro definir empenhamento conjunto e missões MOP. Existem muitas missões MOP, como segurança física, onde a utilização de cães é aconselhável, por outro lado, no controlo de distúrbios civis, normalmente não (embora se treine). Se estes conceitos forem mais alargados, empenhando essas forças numa mesma área de acção, mas em sectores diferentes, talvez já encontremos mais exemplos.

2- Das missões de empenhamento conjunto em que participou durante a sua carreira, quais as ilações que tirou? Refira alguns exemplos de missões em que tenha participado.

Sim, diversas. Foram o caso de Campeonatos do mundo (Hóquei em Patins - Oliveira de Azeméis; Andebol – Rio Maior, etc), Euro 2004, algumas Cimeiras e Presidência portuguesa da União Europeia, Operações de Busca, Rusga, etc. As ilações são positivas, porque os cães despertam nos seres humanos instintos de sobrevivência e impõem respeito, intimidando apenas pela presença, logo, extremamente útil enquanto meio dissuasor e preventivo.

3- Que vantagens e desvantagens decorrem do empenhamento conjunto?

Como já foi referido, existem muitos tipos de missões MOP, todas elas com aplicações diferentes dos meios cinotécnicos, por vezes adaptadas ao caso concreto. No entanto, podemos adiantar algumas vantagens/limitações generalistas:

Vantagens – Os cães pelo seu poder de dissuasão, com a ajuda de uma trela, que se encolhe/estica, consoante as necessidades, cobrem uma área de acção equivalente à de uma equipa de ordem Pública (poupando recursos humanos);

Têm diversos sentidos mais apurados que os humanos, que os aconselham em períodos de menor vigília, como o nocturno.

Extremamente úteis em situações em que existam outros animais perigosos (buscas, rusga, etc).

Nas missões de detecção de explosivos e drogas.

Em complemento das actividades policiais, desde o patrulhamento, canalizações de massas, até à segurança estática, etc.

Desvantagens - os cães têm períodos de empenhamento inferiores aos do homem (aconselháveis 4 horas de patrulha) e limitações com temperaturas altas (razões invocadas para não integrar missões internacionais em climas quentes).

Limitações logísticas, onde para além de sanitários (imaginemos zona urbana), da alimentação própria e de espaços com água, necessitam de sombras (embora carrinhas de transporte já tenham ar condicionado).

A questão psicológica, onde para além do tratador, todos os que trabalhem ao lado (mesmo que treinem assiduamente), manifestam sempre algum receio, porque já aconteceu o cão morder inclusive, o próprio tratador.

Numa situação de Controlo de Distúrbios, o cão atinge níveis extremos de excitação e a sua utilização (ainda que com açaima), deve ser muito ponderada. Já assisti a exemplos de marcas de dentes e arranhadelas e as Forças de Segurança têm que estar preparadas e defender-se legalmente. Por outro lado, o animal está mais exposto ao lançamento de objectos contundentes.

Pelo ponto anterior, não é aconselhável a sua utilização em patrulhamento, por exemplo, numa zona como a baixa de Albufeira (ruas estreitas e muito populosas), onde qualquer movimento brusco possa levar a uma reacção do animal. No

entanto, numa zona de grande visibilidade ou de passagem, já produz maiores e desejáveis efeitos.

A relação constante do binómio/cão, pela ligação com a trela, torna-o mais lento a progredir, proteger-se, etc.

4- Do empenhamento conjunto efectuado no Europeu de Futebol de 2004 em Portugal, quais foram as ilações que tirou?

Fui Comandante de Pelotão, com responsabilidades nos Estádios de Aveiro e Braga. Quanto às ilações são extremamente positivas, porque o Euro 2004, foi acima de tudo uma grande operação de segurança estática, onde as Forças eram colocadas com antecedência, numa óptica de prevenção e dissuasão. Quanto a incidentes, os poucos que registei no Norte foram facilmente resolvidos. Sobre esta matéria importa auscultar o Sr. Major Oliveira (Comandante do GIOP), devido aos incidentes no Algarve e à forma como foram resolvidos, no que concerne ao empenhamento dos meios cinotécnicos.

5- Existe doutrina de empenhamento conjunto?

Existe um manual de ordem pública para cada parte (Infantaria/cinotécnia), onde se abordam conceitos gerais, mas sem entrar em pormenores técnicos (quem passa, onde, como, quando, etc). Existem sim, diversos documentos avulsos, que foram sendo elaborados de cada vez que se faziam treinos conjuntos ou demonstrações, em que os envolvidos chegavam a consenso de emprego, atendendo a experiências anteriores ou à dos próprios. Parte dessa informação podia-se perder, se envolvidos outros elementos, que não os habituais. Importa destacar que estas duas realidades, situadas em Comandos diferentes, mantinham alguma independência de actuação (ao nível do controlo operacional), que julgo vir a diminuir, agora que pertencem todos à Unidade de Intervenção, onde a questão doutrinária será necessariamente um ponto a coordenar.

6- Considerando os vários tipos de missões de manutenção de ordem pública a que são chamados, acha que o empenhamento conjunto é viável para todo o tipo de missões?

Há efectivamente missões específicas, onde o empenhamento, não direi que não é viável, mas onde não encontro grandes mais-valias, como por exemplo uma escolta de valores

7- O empenhamento conjunto deve ser previsto para todo o tipo de escalão a empenhar?

O empenhamento conjunto pode ser sempre previsto, nem que seja como reserva. Estando planeado será sempre mais fácil empregar, do que não o estando. Além disso cria automatismos, não apenas no planeamento, como na disponibilidade dos recursos e na sua expectativa de emprego. Este último será necessariamente criterioso, em função das necessidades/mais-valias.

8- Considerando que é empenhada uma Companhia de Infantaria numa missão de MOP, qual será o efectivo a empenhar pela Cinotécnica para fazer corresponder ao empenhamento conjunto com a infantaria?

A questão dos efectivos merece alguma reflexão. Normalmente emprega-se a correspondência – Companhia de Infantaria; Pelotão de Cavalaria; secção de Cinotécnica. Para além das questões prévias de planeamento (às vezes quem planeia não é o executante), esta correspondência poderá ter sido elaborada pela relação existente de forças (na Guarda) e porque, no caso da Infantaria, sendo o elemento mais móvel e flexível, o seu número superior, implica o Comando da Operação. Quanto aos outros dois recursos, mantendo o número apontado, como referência inicial, eu diria que em função da missão específica e dos recursos disponíveis, se pode incrementar os efectivos a empenhar.

9- Será possível conjugar o tempo de trabalho de um homem de Infantaria com um binómio?

Sim, lembrando sempre que o homem é mais flexível que o cão, logo, será este a adaptar-se.

*Acrescento um ponto que me parece importante e não estava incluído nas perguntas. A resposta às questões sobre a componente cinotécnica, para além de serem baseadas na experiência pessoal, pode perfeitamente ser complementadas com a visão e conhecimento de quem domina essa área.

Naturalmente que algumas vantagens de emprego podem ser acrescentadas e algumas das limitações apontadas podem ser rebatidas, no entanto, qualquer trabalho conjunto, mesmo dentro da Infantaria, ou envolvendo dispositivos diversos (territorial, trânsito, etc), requer conhecimento partilhado, treino e coordenação

APÊNDICE D

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 3

Entrevistado 3

Nome: Costa Pinto

Idade: 34

Posto: Capitão de Infantaria

Função actual: Cmdt GIC

Função no Euro 2004: Cmdt CCino

Tempo de Serviço: 10 Anos

Tempo de Serviço na UI/RI/DTER: 9 Anos

Caracterização do objecto de análise:

1- Existe empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria nas missões de MOP?

Existe. Este empenhamento conjunto é considerado uma mais-valia, em que a valência de cinotécnia permitem completar e potenciar as capacidades duma força apeada de manutenção da ordem.

2- Das missões de empenhamento conjunto em que participou durante a sua carreira, quais as ilações que tirou? Refira alguns exemplos de missões em que tenha participado.

Sim. A Companhia Cinotécnica (actual GIC) esteve empenhada na resolução das mais importantes alterações da ordem, ocorridas em Portugal: Em 1995, no bloqueio da Ponte 25 Abril; em Campo Maior e Ourique (não me recordo das datas); no Cadaval, nas manifestações contra os aterros sanitários; no Euro 2004, onde se fez um upgrade técnico e um esforço acrescido para cumprir as missões que foram atribuídas aos Pelotões Cinotécnicos de Manutenção da Ordem (PeIMOP/Cino).

Forma experiências muito importantes, no campo das lições aprendidas. Todas as que ocorreram antes de 2004 foram desempenhadas sem que houvesse treino conjunto entre as vertentes (infantaria e cinotécnica), pelo que tudo dependeu das capacidades do comandante da força MOP e da sua análise da situação. Em regra não se maximizaram as potencialidades e capacidades técnicas e tácticas duma força conjunta. Muito porque eram desconhecidas (por quem comandava a operação) as reais capacidades de cada vertente.

Já para o Euro2004, houve vários meses de preparação específica com exercícios conjuntos e com jogos reais (da Primeira Liga) de preparação, em que foram ensaiados e experimentados vários dispositivos conjuntos e várias modalidades de acção. Foi graças a este evento que a Guarda aprimorou a utilização conjunta, para MOP, das 3 vertentes. Serviu aliás, de exemplo para outros países que, quando visitam a GNR, interessam-se por este tipo de conjugação e potenciação de meios.

3- Que vantagens e desvantagens decorrem do empenhamento conjunto?

Vantagens – economia de recursos dado que há muitas pequenas tarefas que podem ser desempenhadas, pela Cinotécnica, com apoio mínimo da Infantaria. São exemplo as barragens de interdição e filtrantes, para a canalização do fluxo de grupos e controlo de acessos; permite, mais eficácia do dispositivo, isto é, conseguem-se desempenhar mais tarefas em áreas maiores, com menor esforço e menor efectivo global. A demonstração de força e a dissuasão psicológica do adversário é mais efectiva pelo tipo de meios (atípicos e pouco comuns – muitos cidadãos nunca se depararam com meios cino e a cavalo, em grande número, concentrados e bem equipados – os efeitos são bastante perceptíveis, o que coloca a força numa posição inicial de vantagem).

Como desvantagens identifico o acréscimo dos custos e de esforço logístico duma força conjunta, quando comparado com uma força de infantaria. A maior desvantagem é o facto da Guarda ainda não ter aproveitado as experiências adquiridas para produzir doutrina. Os meios existem mas não existindo doutrina, os procedimentos adhoc não permitem rentabilizar as forças e, com o passar do tempo, quando houver necessidade de empregar uma força MOP conjunta, vamos regressar ao imprevisto, como nas primeiras missões (anos 90).

4- Do empenhamento conjunto efectuado no Europeu de Futebol de 2004 em Portugal, quais foram as ilações que tirou?

Julgo ter abordado o Euro2004 o suficiente, nas anteriores respostas.

5- Existe doutrina de empenhamento conjunto?

Não. Está previsto um terceiro volume do Manual de Operações, destinado a esta temática, para o qual ainda não se produziram conteúdos....

6- Considerando os vários tipos de missões de manutenção de ordem pública a que são chamados, acha que o empenhamento conjunto é viável para todo o tipo de missões?

Sou da opinião que em quase todas as missões de reposição da ordem, podem ser utilizados dispositivos conjuntos. Isto porque nem todas são situações de confronto típico e de cenários académicos. Se atendermos ao efectivo do adversário, a sua motivação e características, a sua dispersão ou posição territorial, o terreno, etc, há sempre tarefas, por muito insignificantes que sejam, que são melhor e mais eficazmente desempenhadas por meios cino que permitem redireccionar ou poupar os meios de infantaria.

Há que combater a ideia de que as forças de infantaria são auto-suficientes na resolução de incidentes. Numa perspectiva de gestão de recursos, de maximização das capacidades das forças e da resolução eficaz (rápida, firme e com os recursos mínimos), serão raras as missões em que não será mais rentável e eficaz operacionalmente, a utilização de meios cino.

7- O empenhamento conjunto deve ser previsto para todo o tipo de escalão a empenhar?

Sim. Embora haja limitações nas forças cino e cav, nas situações em que a violência atinge o seu expoente máximo. Mas mesmo nestas situações, há meios cino indicados para o efeito: Binómios de Intervenção Táctica.

8- Considerando que é empenhada uma Companhia de Infantaria numa missão de MOP, qual será o efectivo a empenhar pela Cinotécnia para fazer corresponder ao empenhamento conjunto com a infantaria?

O que está definido, para uma Comp Inf, é um Pelotão Cinotécnico. Mas só a GIC está preparado, com formação, treino, efectivo e orgânica para desempenhar missões desta natureza. Os binómios do dispositivo territorial não podem desempenhar estas missões.

9- Será possível conjugar o tempo de trabalho de um homem de Infantaria com um binómio?

Não. Em situações de MOP, o efectivo cino tem efectuar várias rotações das secções cino, durante o tempo em que o mesmo efectivo de inf se mantém. A intensidade das rotações aumenta com a excitabilidade induzida nos canídeos, fruto da proximidade e actividade do adversário. Numa situação preventiva as rotações são mínimas e apenas também dependem das condições climatéricas.

APÊNDICE E

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 4

Entrevistado 4

Nome: Cruz

Idade: 32

Posto: Capitão de Infantaria

Função actual: Cmdt da 4ª Comp GIOP

Função no Euro 2004: Cmdt Pe Bopl

Tempo de Serviço: 12Anos

Tempo de Serviço na UI/RI/DTER: 6 Anos

Caracterização do objecto de análise:

1- Existe empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria nas missões de MOP?

Da realidade que eu conheço, e de aquilo que está a ser praticado hoje em dia, existe um enquadramento, ou deveria existir, isto porque depois te vou responder mais a frente quando tu me fizeres uma pergunta relacionada com a doutrina que existe. Portanto, neste momento, nós não temos doutrina aplicada a esta sintonia, ou esta conjugação de forças entre a cinotécnica e o pessoal de infantaria MOP. Recordando a tua pergunta, claro que existe, e acho que é uma mais-valia haver empenhamento conjunto de forças cinotécnicas e forças de infantaria na questão da manutenção de ordem pública. Existem missões atribuídas a cada uma das forças, missões que são complementares. Uma força não substitui a outra, ou seja, eu não digo que as forças de infantaria poderão substituir as missões atribuídas à cinotécnica, no entanto há sim e tem que haver na questão da ordem pública, uma complementaridade entre as duas forças. Existem missões como referi atribuídas à cinotécnica, por exemplo, eles podem formar uma linha, quando não existe arremesso de objectos, ou quando não há muita pressão à força logo na fase inicial de uma qualquer manifestação. Assim sendo, a articulação da força é constituída pela cinotécnica à frente da força, atrás ficam forças de infantaria e mais à

retaguarda ficaram forças de cavalaria. Em termos de presença dissuasora, numa fase inicial do conflito, as forças de cinotécnica são efectivamente uma mais-valia, porém quando existe arremesso de objectos não é em termos tácticos aplicada a cinotécnica à frente da força, porque os cães não têm protecção. Em termos dissuasores eles são realmente muito úteis, sendo que em muitas das situações servem mesmo para evitar o contacto dos manifestantes com as forças de infantaria. De facto neste aspecto, a cinotécnica é uma mais-valia e as pessoas não se vão aproximar da linha, sabendo que esta é constituída por forças de cinotécnica, portanto, o binómio homem/cão de facto é uma mais-valia no que trata ao empenhamento conjunto entre as duas forças.

2- Das missões de empenhamento conjunto em que participou durante a sua carreira, quais as ilações que tirou? Refira alguns exemplos de missões em que tenha participado.

Sim já participei em várias demonstrações e missões de MOP, como por exemplo o Euro 2004. Sempre que a guarda organiza uma demonstração, no âmbito da manutenção da ordem pública, fazemos essa conjugação entre infantaria, cavalaria e cinotécnica. Na minha opinião é de facto uma mais-valia ter a articulação das três forças, isto porque existem missões e tarefas atribuídas à cinotécnica que para a infantaria têm duas vantagens. Primeiro, o sucesso da missão é conseguido com menos esforço, ou seja, não é preciso por tantos homens no terreno, para conseguir bloquear uma rua, isto porque basta por lá um binómio ou dois que a rua é bloqueada e ninguém consegue passar, enquanto, que para colocar nesse mesmo local forças de infantaria teríamos de por lá pelo menos uma equipa ou uma secção, deste modo conseguimos poupar a força para a acção principal, que é uma vaga ou uma carga, consoante a situação de ordem pública. A segunda vantagem é que a cinotécnica, de facto é eficaz naquilo que faz. Permite-nos a nós aproveitar o esforço, libertar determinados espaços e ao mesmo tempo são eficazes no seu trabalho. O cão é realmente um elemento dissuasor, é uma mais-valia, quando é inserido na articulação que existe, e essa articulação só traz vantagens na minha opinião.

3- Que vantagens e desvantagens decorrem do empenhamento conjunto?

As vantagens são aquelas que eu te referi a pouco, ou seja, é um elemento mais dissuasor, evita o contacto entre as forças da ordem, no caso da força de infantaria e os desordeiros, obriga a um afastamento, uma distância física que é garantida pelo receio que a outra parte tem em se chegar às forças da ordem. Existe também

a vantagem de bloquear ruas sem desgastar a força, e garantir a segurança de um itinerário com apenas um ou dois binómios. Outra das vantagens é a complementaridade entre a infantaria e a cinotécnica, que nos permite libertar locais e dispersar multidões de uma forma muito mais eficaz, isto porque o cão é dissuasor, é útil, e consegue resolver muitas situações sem que as forças de ordem pública sejam empenhadas, ou seja, só a presença física do cão evita que as forças de infantaria actuem. Como desvantagens temos, o desgaste do cão, e a aplicação a determinadas horas do dia, sobretudo em períodos de muito calor. Eu não senti nenhuma dificuldade na actuação dos cães com o barulho, com o arremesso de garrafas ou outros objectos, não houve inconvenientes nesse aspecto. Aquilo que pode dificultar as tarefas nesse sentido, é a actuação dos cães no tempo, ou seja, quanto tempo é que o cão pode actuar ou tem condições para tal. Das experiencias que eu tive, foram missões mais ou menos rápidas, embora desgastantes, e o cão conseguiu aguentar, embora se coloque uma grande questão, “conseguirá actuar o cão em determinados ambientes”. Pode não conseguir trabalhar devido a condições meteorológicas, ou por terem um desgaste mais rápido. Enquanto a infantaria pode estar um, dois, ou três dias a montar uma linha, conseguem fazê-lo, aí já pode haver uma maior limitação da parte do cão. Outra desvantagem que há, que só o treino consegue dirimir, é a questão da articulação da força. Normalmente o militar de infantaria tem algum receio quando há ultrapassagens, ou quando há passagens de um dispositivo para outro. Nesse momento vai haver uma interacção entre o cão e o homem de infantaria, que se não for bem articulada, pode-se voltar contra este, do qual podem resultar acidentes que debilizem a força.

4- Do empenhamento conjunto efectuado no Europeu de Futebol de 2004 em Portugal, quais foram as ilações que tirou?

Em operações, tive realmente uma experiência bastante agradável com esta articulação, no Europeu de Futebol 2004, em que tivemos a articulação das três forças. Mas falando especificamente da articulação entre a infantaria e a cinotécnica, foram atribuídas missões, na altura em que rebentaram os confrontos na zona de Albufeira, em que eu apenas tinha um pelotão, e para bloquear determinadas ruas e para não perder o grosso do efectivo, empenhei algumas forças de cinotécnica. Para libertar determinados espaços e para limitar o acesso a determinadas pessoas, depois de ter feito uma vaga ou uma carga, usei forças de cinotécnica, e para limitar ou para bloquear itinerários e varrer determinadas zonas utilizei também forças de cinotécnica. Isto para dizer que efectivamente esta articulação é uma mais-valia, e de facto os cães em MOP são muito úteis, agora essa utilidade é na minha opinião conseguida com a articulação com a infantaria, ou seja, é impensável o

binómio andar sozinho na questão da MOP, tem que haver sempre alguém que o suporte, para além de lhe garantir a segurança, serve acima de tudo para que essa conjugação entre a cinotécnica e infantaria seja conseguida ao máximo, de forma a haver uma complementaridade e uma atribuição de missões a cada uma, ou seja, há missões que podem ser desempenhadas por umas e há missões que podem ser desempenhadas por outras. Agora só faz sentido falarmos na aplicação dos meios cinotécnicos, se na retaguarda houver sempre uma força de infantaria. Não refiro aqui cavalaria porque na minha opinião o que se aplica à cinotécnica aplica-se também a cavalaria, ou seja, a cavalaria é boa em ordem pública mas na minha opinião só conseguimos extrair o máximo de potencial da cavalaria se em conjunto tivermos a trabalhar com forças de infantaria.

5- Existe doutrina de empenhamento conjunto?

Não existe doutrina de empenhamento conjunto. Estamos a tentar elaborar um documento para esse fim, e com a vinda do GIC para a UI será mais fácil coordenar. Estamos a trabalhar no sentido de criar doutrina aplicada não só há articulação entre cinotécnica e infantaria, mas também a articulação destas duas forças com a cavalaria. O trabalho que está a ser desenvolvido para a articulação de forças, tem como tema, “forças conjuntas de ordem pública”. Está a ser desenvolvido no sentido de criar alguma doutrina onde se aplique o empenhamento de forças de infantaria, cinotécnica e cavalaria, ou seja, atribuir missões a cada uma das forças o que até aos dias de hoje não existe. O que normalmente é feito, é por senso comum, ou seja, nós temos noções de tática e aplicamos essas noções às forças disponíveis, nomeadamente aquilo que são as missões atribuídas à cinotécnica e as missões que são atribuídas à infantaria na questão da ordem pública. Aquilo que existe, são procedimentos técnico táticos, os quais são aplicados depois de analisar as valências que cada força tem. Até hoje não tem havido problemas, as missões e tarefas que têm sido atribuídas à cinotécnica tem sido excepcionalmente aceites da parte destes, e da nossa parte vemos isso como uma mais-valia.

6- Considerando os vários tipos de missões de manutenção de ordem pública a que são chamados, acha que o empenhamento conjunto é viável para todo o tipo de missões?

Existem missões em que o empenhamento conjunto não é viável. Não são todas as missões que são aplicadas aos cães. Por exemplo, na questão da ordem pública, imagine-se que queremos fazer uma limpeza de um bar, ou de locais onde existem

muitas pessoas, neste tipo de missões não é aplicável. Na minha opinião a utilização do cão nesses locais não é viável, isto porque o cão não consegue distinguir a pessoa que está a fazer bem da pessoa que está a fazer mal, ou seja, quando é para limpar o cão não é tão selectivo, e quem faz essa selecção será o tratador, mas num ambiente em que existem muitas pessoas poderemos correr o risco do tratador não ter a atenção de não estar a seleccionar quais são as pessoas que efectivamente são o alvo da acção. No entanto, tudo que seja locais em que não haja grande concentração de pessoas á volta do cão, pessoas essas que não são desordeiras, ou seja, são pessoas que estão calmamente a beber o seu café, é mais difícil utilizar os meios cinotécnicos, isto porque para os militares de infantaria é mais fácil de fazer essa distinção coisa que o cão não sabe fazer. Portanto, quando existem grandes concentrações de pessoas em que se tenha que ser selectivo, ponho um grande ponto de interrogação quanto à utilização do cão e sobretudo em situações que por motivos óbvios irá causar alguma sensibilidade por parte das pessoas sobretudo em determinados locais, porque o cão é entendido por todos como um meio ostensivo, enquanto um militar pode ter determinados comportamentos mais rígidos, noutras situações pode ter comportamentos mais flexíveis, com o cão já não se consegue fazer isso. Tem de haver aqui uma gestão de utilização de meios cinotécnicos adequados à situação que se apresenta. “Será que é uma situação que com a utilização de um meio superior não vamos inflamar mais os ânimos?”, ou seja, não vamos ter a população contra nós em vez de tentarmos acalmar as coisas. A utilização do cão depende de situação para situação, é uma questão complexa para se dizer em que situação se pode usar, depende de vários factores. Se ao utilizar o cão pode potenciar ainda mais os ânimos, se calhar é melhor não utilizarmos na primeira fase. A utilização de meios cinotécnicos para determinada missão, vai da sensibilidade e dos princípios do próprio comandante, ele tem que medir se ao usar meios cinotécnicos em determinada missão não vai exaltar ainda mais os ânimos e tornar a situação mais violenta do que seria á partida.

7- O empenhamento conjunto deve ser previsto para todo o tipo de escalão a empenhar?

Quando é empenhado um Batalhão, está previsto que o equivalente a empenhar é uma Companhia cinotécnica. Penso que eles estão preparados para dar uma resposta ao escalão mais alto, porém acho que eles estão melhor preparados para dar resposta a escalões inferiores, como ao nível do Pelotão e da Companhia. Ao nível de empenhamento fazem-se corresponder aos Pelotões de infantaria uma Secção de cinotécnica, a nível de Secções correspondem com uma Equipa e a nível

de Equipa correspondem com um binómio, ou seja, fazem sempre corresponder o escalão imediatamente abaixo ao que vai ser empenhado.

8- Considerando que é empenhada uma Companhia de Infantaria numa missão de MOP, qual será o efectivo a empenhar pela Cinotécnia para fazer corresponder ao empenhamento conjunto com a infantaria?

Para um, Batalhão de infantaria vem uma Companhia de cinotécnia ou um Esquadrão a cavalo, para uma Companhia de Infantaria vem um Pelotão de cinotécnia e para um Pelotão de Infantaria vem uma Secção de cinotécnia.

9- Será possível conjugar o tempo de trabalho de um homem de Infantaria com um binómio?

Eu trabalhei com os cães no Europeu de Futebol de 2004, e recordo que estivemos desde a 1h30m até as 4h00m da manhã em pura ordem pública, e os cães aguentaram-se bem. Nos estádios de futebol tenho trabalhado em conjunto com os cães também se têm aguentado, embora seja uma missão mais de presença, portanto, eles vão para o interior do estádio, estão a fazer presença física, alguma dissuasão no interior e de vez em quando vão sendo trocados. Em cada uma das partes faz um binómio e depois vão trocando, mas essa rodagem é natural e por conveniência do serviço porque a infantaria também o faz. Agora ao certo não te consigo responder quanto tempo aguenta o cão a trabalhar em ordem pública. O máximo de tempo que estive a trabalhar com os cães, foi no Europeu de Futebol de 2004, e trabalharam bem e com bastante intensidade, sendo que aguentaram, agora quanto é que eles aguentavam mais para além disso não sei.

Conclusões

Fazendo um apanhado daquilo que disse. Nós na guarda, em termos de ordem pública temos valência que aos olhos de uma manifestação, por muito violenta que ela seja, não nos consegue fazer frente. Com a articulação entre Infantaria, cinotécnia e cavalaria, se elas estiverem bem articuladas, se estiverem combinadas, não existe nenhuma multidão que consiga fazer frente a este tipo de forças, ou seja, recordando o Europeu de Futebol de 2004, a força de infantaria limpou o interior dos bares, depois de limpos foram limpas as ruas adjacentes pelos cães, a infantaria tirou todos os elementos dos bares, a cavalaria fez a carga de cavalaria que fez desaparecer toda a gente, depois essa carga foi complementada com pessoal de infantaria, para dispersar as pessoas para determinadas ruas, e complementada, não só na carga mas sobretudo na garantia desses itinerários,

para que essas pessoas não regressassem novamente para o itinerário principal. Portanto, isto para dizer que se conseguiu resolver uma situação que foi bastante violenta, bastante grave, onde foram arremessados todos os objectos possíveis que estavam no interior dos bares, e mesmo assim conseguimos resolver a situação com êxito. Este tipo de missões é mais fácil se houver uma articulação conjunta e combinada entre as três valências. Agora a Guarda tem que caminhar, e nós estamos a trabalhar nesse sentido, de criar doutrina aplicada a esta conjugação, para dizer quais as missões atribuídas a cada uma das forças. Até agora tem resultado porque existem princípios basilares que estão no nosso manual de operações que dizem quais as missões ou tarefas atribuídas a umas ou a outras forças, depois no terreno mediante a sensibilidade de cada comandante articulasse da melhor maneira, mas acho que deveria existir um documento base que sustentasse essa doutrina. A criação de doutrina vai motivar mais treinos conjuntos, vai trazer mais capacidade, porque a articulação vai ter que ser feita, e depois só o treino é que pode dirimir as lacunas, para uma melhor articulação, e para que não haja incidentes nas passagens de linha.

APÊNDICE F

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA N.º 5

Entrevistado 5

Nome: Araújo

Idade: 34 Anos

Posto: Capitão de Infantaria

Função actual:

Função no Euro 2004: Cmdt Pel Cino

Tempo de Serviço: 8 Anos

Tempo de Serviço na UI/RI/DTER: 6 Anos

Caracterização do objecto de análise:

1- Existe empenhamento conjunto de forças Cinotécnicas e forças de Infantaria nas missões de MOP?

Sim, existe empenho conjunto das duas forças nas missões do MOP. Exemplo deste empenho foi o Euro 2004.

2- Das missões de empenhamento conjunto em que participou durante a sua carreira, quais as ilações que tirou? Refira alguns exemplos de missões em que tenha participado.

Participei no Euro 2004 e em 3 acções conjuntas a nível de Grupo, quando estive a desempenhar o papel de Comandante de Destacamento Interino em Albufeira.

Tirei ilações bastante positivas. Como é de conhecimento de todos, houve forças estrangeiras que, por terem ficado tão agradados com o nosso desempenho, pediram orientações às nossas forças no sentido de manterem resultados idênticos para futuras situações semelhantes às nossas.

3- Que vantagens e desvantagens decorrem do empenhamento conjunto?

Considero que há vantagens porque cada elemento que constitui uma força recebe instruções específicas para desempenhar o seu papel. E, como todos nós sabemos, para cada tarefa, há sempre um militar com determinada especialidade que se encaixa melhor que outro. No entanto, há necessidade dos papéis entre todos estarem muito bem definidos. Para que este último ponto se verifique, há uma necessidade imperiosa, o treino conjunto. Se assim não for, a vantagem passa a uma desvantagem desmedida.

4- Do empenhamento conjunto efectuado no Europeu de Futebol de 2004 em Portugal, quais foram as ilações que tirou?

O empenho conjunto que se verificou no Euro 2004 foi bastante positivo. No entanto, houve uma falha no posicionamento das reservas. No dia em que se deu a primeira desordem pública, as reservas do Regimento de Infantaria encontravam-se alojadas no Quartel de Tavira, a 70 kms do local onde se verificou o distúrbio, mais precisamente na Av. Sá Carneiro em Albufeira. No primeiro dia, demorou-se algum tempo a retomar a ordem. Nos dois dias que se seguiram, a demora já não se verificou porque as Forças estavam posicionadas no terreno. A solução encontrada, surgiu passados cinco dias, salvo o erro. Foi colocar todo o efectivo num Hotel da zona.

No que diz respeito à acção propriamente dita, verificou-se que havia falta de entrosamento, coordenação entre as forças que se encontravam no terreno. Não nos podemos esquecer que as frentes de ataque eram vastas. Depois do Regimento de Infantaria e do pelotão Cinotécnico terem intervindo, entraram os cavalos que se verificou serem uma ajuda preciosa. Talvez pela envergadura dos mesmos e dos populares terem receio de serem pisados por estes, conseguiu-se restabelecer a ordem.

Ao terceiro dia, para que não houvesse qualquer tipo de reacção idêntica à dos dois dias passados, o Comando das Forças deu ordem para pôr o equipamento anti-traumático, que quando a mim, deu o resultado pretendido... Apaziguar segundas intenções.

5- Existe doutrina de empenhamento conjunto?

Que eu tenha conhecimento, não.

6- Considerando os vários tipos de missões de manutenção de ordem pública a que são chamados, acha que o empenhamento conjunto é viável para todo o tipo de missões?

No meu ponto de vista, nem sempre o empenho conjunto é a melhor solução porque, cada caso é um caso. Há que levar em conta todos os factores que envolvem essa missão e aplicar os meios mais adequados à mesma. Quer sejam eles materiais, quer sejam eles humanos.

7- O empenhamento conjunto deve ser previsto para todo o tipo de escalão a empenhar?

O empenho conjunto deve ser sempre previsto em todas as missões e deve variar consoante o tipo de escalão. O essencial é analisar bem a missão.

8- Considerando que é empenhada uma Companhia de Infantaria numa missão de MOP, qual será o efectivo a empenhar pela Cinotécnia para fazer corresponder ao empenhamento conjunto com a infantaria?

Para mim, não deve existir esta relação. O que deve ser feito, no meu entender é, avaliar a situação e todos os factores que a compõem (clima, tempo, finalidade, clima, etc.). Depois de avaliados estes pormenores, aplica-se as forças necessárias, tendo em conta as suas características. Pode existir uma norma padrão. No entanto, volto a frisar, não sei se será viável.

No que diz respeito à actuação conjunta, há factores que tem que ser levados em conta. Um deles é bom treino de entrosamento e coordenação. Digo isto porque, o binómio em situação de stress pode atacar um militar da nossa força. E, por outro lado, há militares do Regimento de Infantaria que têm receio de actuar com binómios por perto.

9- Será possível conjugar o tempo de trabalho de um homem de Infantaria com um binómio?

Tal não é possível porque, a hora a que a missão se desenrola, tem influência no binómio. As altas e baixas temperaturas limitam o desempenho do canídeo e a duração da patrulha não deve exceder as 4 horas nestas condições adversas. Prova disto foi o Euro 2004, quando os binómios permaneciam nas carrinhas, nos

jogos que se realizavam à tarde e só saíam para garantir o perímetro defensivo na hora de maior movimento.

ANEXOS

ANEXO G

ADAPTAÇÃO DAS NORMAS 01 DE JULHO DE 1997

(4) Missões de Manutenção da Ordem Pública (MOP)

Definição - As equipas cinotécnicas quando utilizadas em missões de MOP são constituídas por cães patrulha, cujo treino específico visa potenciar, de forma controlada os impulsos genéticos e traços de carácter.

Vantagens - Os cães, constituem "armas" preciosas, cuja utilização criteriosa e oportuna, muito poderão contribuir para os êxitos tias missões de MOP.

- Salientam-se como vantagens:
 - Grande efeito psicológico;
 - Economia de pessoal;
 - Qualidades peculiares.
- Salientam-se como desvantagens:
 - Agressividade do meio
 - De ordem Tática: (cão)
 - De ordem operacional: Sempre que se verifique o aumento dos meios de violência utilizados pelo adversário.

Procedimentos De Utilização

- Quando deve ser utilizado:
 - Enquadrando-se perfeitamente no princípio da aplicação da MÍNIMA FORÇA, a utilização das equipas cinotécnicas/MOP, está dependente da avaliação criteriosa que o Comandante da Força deve efectuar, a fim de determinar as vantagens, face às situações concretas que se lhe deparem.

Não obstante o cão ser considerado um meio violento, entende-se que o seu posicionamento como elo da cadeia de força, deve situar-se imediatamente antes do

uso do bastão, dado que, apenas em situações de excepção, os danos causados por um cão podem ser considerados graves ou provocam a morte do adversário;

➤ A utilização das equipas cinotécnicas patrulha, em missões de MOP, tem particular interesse em acções de controlo de distúrbios civis, de natureza defensiva e até mesmo ofensiva.

- **Como devem ser usados:**

➤ A articulação das equipas cinotécnicas/MOP faz-se em reforço, quer de forças de Unidades Territoriais quer em conjugação com os pelotões operacionais do Batalhão. Operacional do Regimento de Infantaria.

- **Onde devem ser usados:**

➤ Dispositivos Fixos:

Considera-se vantajosa a utilização de equipas cinotécnicas MOP no caso das BARRAGENS, sejam elas de Interdição e/ou Canalização, Filtrante ou de Estrada.

- **Dispositivos Móveis:**

➤ Para os dispositivos tipo VAGA os cães MOP devem ser utilizados imediatamente antes do uso dos bastões.

Na CARGA, constituem igualmente um precioso reforço de meios, posicionando-se ao nível quer do escalão de choque, em apoio ou reserva.

- **Condicionantes:**

➤ De Ordem Tática

O emprego das equipas cinotécnicas/MOP, está condicionado em situações onde o factor "agressividade" (cão) pode colidir com objectivos de ordem tática, como no caso dos Dispositivos Fixos (cordões estáticos, alas, etc.);

Apenas no caso dos Cordões de Marcha, em que a situação tática é de neutralidade e preventiva, a presença de equipas cinotécnicas é desaconselhável.

➤ De Ordem Operacional

A utilização das equipas cinotécnica/MOP, em missões de controlo de distúrbios civis, apresenta-se limitada ao nível operacional sempre que os meios de violência empregues pelo adversário, assumam proporções desaconselháveis ou incompatíveis, pondo em perigo a integridade física do binómio Homem-Cão.

São exemplos desta situação, os agentes incendiários (cocktail Molotov e outros...) lançamento para o pavimento de objectos contundentes e traumáticos para os cães, (vidros, arremesso de pedras, bastões etc...), líquidos incendiários gasolina, petróleo,

outros... Igualmente a utilização de granadas de gás lacrimogéneo (CS) por parte das Nossas Forças, pode condicionar o empenhamento das equipas cinotécnicas/MOP.

- **Total de Equipas (MOP)**

O número de equipas cinotécnicas/MOP é variável de acordo com:

- Missão;
- Nível de ameaça do adversário;
- Dispositivos Tácticos adaptados;
- Níveis e Características dos Meios de Violência Utilizados pelo Adversário;
- Terreno;
- Condições Meteorológicas.

Sublinhe-se no entanto que a utilização das equipas cinotécnicas/MOP, representa uma economia de meios na proporção de:

- 1 Equipa Cinotécnica/MOP equivale a 4/6 Homens